



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2024

(Processo Administrativo nº 92/2024)

UASG: 987635

1. PREÂMBULO

1.1. Município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 15/2022, de 31 de Janeiro de 2022, com a devida autorização expedida pelo Sr. Prefeito, **LAURO DE SOUZA SILVA JUNIOR**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, valor **UNITÁRIO DO ITEM**, objetivando adquirir o objeto solicitado pelo **Departamento Administrativo**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

1.2.2. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 8h30min do dia 25/07/2024.

1.2.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do dia 25/07/2024.

1.2.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

1.2.5. LOCAL: www.gov.br/compras.

1.2.6. FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço por **ITEM**.

1.2.7. INFORMAÇÕES:

1.2.7.1. Endereço: Praça do Café, 22, Centro, Jandaia do Sul – Paraná.

1.2.7.2. Pregoeira: **ANA CECILIA PEROTTI** - designada pela Portaria nº 15/2022

1.2.7.3. E-mail: licitacao@jandaiadosul.pr.gov.br

1.2.7.4. Telefone: (43) 3432-9250.

1.2.8. MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

1.2.9. **EXCLUSIVO PARA ME E EPP LOCAL.**

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços visando a eventual contratação de Serviços Gráficos, com fornecimento de materiais de impressão, confecção, personalizados e mão de obra afim de atender as demandas dos Departamentos e Setores desta municipalidade no período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. DO VALOR ESTIMADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

3.1. O valor máximo anual com a referida aquisição será de **R\$ 214.759,50 (Duzentos e quatorze mil setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos)**, em conformidade com o Termo de Referência - Anexo I deste edital.

3.2. As despesas decorrentes do presente Pregão correrão à conta do recurso da seguinte dotação orçamentária.

Cont. Red.	Fonte	Descrição	Órgão	Funcional	Proj./Ativ	Categoria	Descrição
693	511	Taxas	09.002	15.452.0026	2.020	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
22	1000	Recursos Livres	03.001	02.062.0002	2.003	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
71	1000	Recursos Livres	05.001	04.122.0004	2.006	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
85	1000	Recursos Livres	06.001	04.123.0005	2.007	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
43	1000	Recursos Livres	04.001	04.122.0004	2.004	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
110	104	Demais Impostos	07.001	12.122.0004	2.010	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
233	103	Educação	07.001	12.361.0017	6.017	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
285	103	Educação	07.001	12.365.0020	6.018	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
325	103	Educação	07.001	12.365.0020	6.019	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
434	303	Saúde	08.001	10.122.0012	2.093	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
435	494	Bloco Custeio	08.001	10.122.0012	2.093	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
482	303	Saúde	08.001	10.301.0012	2.094	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
552	303	Saúde	08.001	10.302.0013	2.095	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
664	1000	Recursos Livres	09.002	15.451.0025	2.019	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
662	510	Taxas	09.002	15.451.0025	2.019	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
888	1000	Recurso Livres	15.001	08.122.0004	2.035	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
938	1000	Recursos Livres	15.001	08.243.0009	6.001	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
998	1000	Recursos Livres	15.001	08.244.0010	2.038	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
1029	1000	Recursos Livres	16.001	13.392.0024	2.046	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Para os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências deste edital, **EXCLUSIVAMENTE** enquadrados como MICROEMPRESA – ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações.

4.6.1. A participação neste pregão será exclusiva aos licitantes enquadrados no item 4.6. , com sede “**LOCAL**”, para o cumprimento do disposto no art. 30, § 6º da Lei Complementar Municipal nº 3.128 de 04 de junho 2020 e Decreto Municipal nº 7.936 de 25/03/2022 além das demais legislações aplicáveis.

4.6.2. Conceitua-se “**LOCAL**” o limite geográfico da cidade de Jandaia do Sul-Pr, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 3128 de 04 de junho 2020, visando a promoção de fomento da economia local e regional, desenvolvimento econômico/social e ampliação de eficiência de políticas públicas, às empresas sediadas no município, estando em consonância com o disposto no §3º, Artigo 47 e Art. 48 e 49 da LC nº 123/06; art. 30 § 6º da Lei Complementar Municipal nº 3128 de 04 de junho 2020 e Art. 4º do Decreto Municipal nº 7936/2022, Prejulgado nº 027 –TCE/PR.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.13. A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 0 e 9.9.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

- 5.12.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** Valor unitário e total do item;
- 6.1.2.** Marca (se for o caso);
- 6.1.3.** Fabricante (se for o caso);
- 6.1.4.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

6.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor **total do item**.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01(um centavo)**.

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. O envio de lances no pregão eletrônico será o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

- 7.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.19.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 5.6 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vícios insanáveis;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme descrito abaixo:

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cópia do Contrato Social da empresa, devidamente registrado, ou sua última alteração; Esta documentação poderá ser substituída pelo Contrato Social Consolidado;

Nos casos em que for apresentada cópia com autenticidade digital do contrato social, será considerado válido quando a data do ato de assinatura digital estiver dentro do prazo de validade apresentado no documento.

b) No caso de Sociedade Anônima, Cooperativa ou Associação Civil-estatuto da empresa, com suas alterações, acompanhado da Ata de Eleição dos atuais Diretores;

c) No caso de Empresa Individual – Registro Comercial;

d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

e) No caso de Microempreendedor Individual, Certificado do MEI.

9.2.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Certidão de Dívida ativa da União, Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;

c) Prova de regularidade para a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;

e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.2.2. COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

a) **Certidão Negativa de Falência e/ou Recuperação Judicial** expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90(noventa) dias da data de recebimento dos envelopes prevista no preâmbulo deste Edital, caso não houver menção quanto ao prazo de validade.

9.2.3. COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido por entidade de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou fornecimentos compatíveis com o objeto do presente certame, indicando a qualidade do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições do objeto fornecido.

c) Declaração Unificada conforme modelo **(ANEXO III)**.

9.2.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.8.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.10. A verificação dos documentos habilitatórios somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://jandaiadosul.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. Fraudar a licitação

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Jandaia do Sul, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser encaminhadas através do e-mail: licitacao@jandaiadosul.pr.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://jandaiadosul.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

13.11. Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela Pregoeira, na Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, Setor de Licitação, Praça do Café, nº 22, Centro, no Município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, de Segunda a Sexta feira, das 08:00 às 17:15 horas, ou pelo e-mail: licitacao@jandaiadosul.pr.gov.br.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.12.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

13.12.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

13.12.2. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL LICITANTE VENCEDOR;

13.12.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

13.12.4. ANEXO IV - TERMO DE MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/ CONTRATO.

Jandaia do Sul, 07 de julho de 2024.



LAURO DE SOUZA SILVA JUNIOR
- Prefeito -



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1 – OBJETO: Contratação de Serviços Gráficos, com fornecimento de materiais de impressão, confecção, personalizados e mão de obra afim de atender as demandas dos Departamentos e Setores desta municipalidade no período de 12 (doze) meses.

1.2 – DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	QUANT.	UN.	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
1.	700	UND	448281	Bloco Notificação Material: Papel Super Bond Tipo Impressão: 1/0 - Cor: Azul Tamanho: 210 X 75 MM ou 12x20 CM Aplicação: Notificação De Receita "B" Características Adicionais: Numerado, Picotado, Impressão Preta; Quantidade: Bloco 50 FLS. Conforme Modelo fornecido pelo Departamento de Saúde.	4,88	3.416,00
2.	200	UND	335613	Bloco Receituário Médico Material: Ofsete Gramatura: 56 G/M2 Comprimento: 210 MM Quantidade Folhas: 50 UN Largura: 150 MM Características Adicionais: Impressão Na Cor Preta De Arte Padrão, 50 Folhas. Quantidade: Bloco 50 FLS. Colagem no topo, Conforme Modelo fornecido pelo Departamento de Saúde.	4,89	978,00
3.	5000	UND	311435	Ficha Material: Cartolina Gramatura: 180 G/M2 Comprimento: 220 MM Largura: 110 MM Cor: Verde Aplicação: Cartão de Planejamento Familiar; Cartão Fonoterapia; Identificação/Agendamento Psicológico - Respeitando as orientações e layout fornecidos pelo Departamento de Saúde.	0,25	1.250,00
4.	200	BL	452550	Impresso padronizado, material: papel sulfite, tipo: bloco picotado, cola no topo, gramatura: 75 g,m2, comprimento: 210 mm, largura: 145 mm, cor: 1,1, características adicionais: conforme modelo do órgão, aplicação: Aplicação: FICHA DE EVOLUÇÃO e FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de saúde. Bloco com 50 folhas cada.	9,55	1.910,00
5.	1000	UND	473490	Pasta arquivo, material: papel cartão, largura: 23 + 23 cm, largura total: 46 cm altura: 32,5 cm, gramatura: 250 g,m2, aplicação: arquivo de documento, impressão: 1/0. Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo departamento de saúde e setor de protocolo. UNIDADE	1,21	1.210,00
6.	1000	UND	472837	Envelope, material: offset, modelo: saco padrão, tamanho (c x l): 240 x 340 mm, cor: branco, gramatura: 75 g,m2. respeitando as	1,34	1.340,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saude . UNIDADE		
7.	2000	UND	473495	Envelope, material: offset, modelo: ofício, tamanho (c x l): 160 x 220 mm, cor: branco, gramatura: 90 g,m2. Impresso em cor 1,0, respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento Administrativo (1000 UN) e Saude (1000 UN). UNIDADE	0,86	1.720,00
8.	1500	UND	447695	Pasta eventos, material: papel supremo, altura: 460 mm, gramatura: 300 g,m2, largura: 410 mm, acabamento: corte,vinco, laminação fosca, verniz uv, formato: aberta com bolsa de: 230 x 309 mm, cor impressão: 4,0, características adicionais 1: conforme modelo do órgão. Impresso em uma cor, respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de saude (1000 UN), Departamento administrativo (200 UN) e assistência social (300 UN). UNIDADE	4,37	6.555,00
9.	100	UND	335613	Bloco Receituário Médico Material: Ofsete Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 210 MM Quantidade Folhas: 50 UN Largura: 150 MM Características Adicionais: Impressão Na Cor Preta De Arte Padrão, 50 Folhas Conforme Modelo fornecido pelo Departamento de Saúde. Bloco com 50 folhas	6,17	617,00
10	5000	UND	485413	Impresso padronizado tipo: cartão. Aplicação: Cartão para controle de pressão arterial e Diabetes; Tamanho: 12x18,5 cm Material: Offset A4 180g Conforme Modelo fornecido pelo Departamento de Saúde.	0,17	850,00
11	100	UND	600891	Impresso Padronizado Material: Papel Offset Tipo: Ficha De Procedimentos De Enfermagem Gramatura: 56 G/M2 Comprimento: 280 cm Largura:18,5 cm Cor: 1/0 Características Adicionais 1: Margens De 5 Mm Quantidade Páginas: 100 folhas Picotado, respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde BLOCO COM 100 FOLHAS	12,65	1.265,00
12	5000	UND	600899	Cartão Material: Papel Cartolina Gramatura: 150 G/M2 Tamanho:9,5X7,5 cm Tipo: Cartão de Vacinação Adulto Características Adicionais: Impressão Frente e Verso Ajustado a Dobradura Apresentação: Cor: Preto/Branco Aplicação: Cartão Campanha Nacional Vacinação Polio - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde.	0,09	450,00
13	2500	BL	443251	Impresso padronizado, material: papel sulfite, tipo: bloco picotado, cola no topo, gramatura: 75 g,m2, comprimento: 210 mm, largura: 145 mm, cor: 1,1, características adicionais: conforme modelo do órgão, aplicação: Aplicação: FICHA DE EVOLUÇÃO e FICHA DE AVALIAÇÃO . FISIOTERAPÉUTICA respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de saude. Bloco com 50 folhas cada.	9,30	23.250,00
14	700	UND	471580	Bloco Receituário Tipo Papel: Offset/Sulfite Cor: Branca Gramatura: 75 G/M2 Dimensões: 150 X 210 MM Quantidade Folhas: 50 UN. Tipo: 2 vias carbonadas Aplicação: Receituário Controle Especial Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.	9,92	6.944,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Bloco com 50 folhas cada		
15	250	UND	402358	Bloco Requisição Quantidade Vias: 3 UN Apresentação: Numerado, Com Impressão Do Brasão Do Órgão Quantidade Folhas: 50 X 3 UN Tipo Papel: Autocopiativo Cor: 1ª Via Branca, 2ª Via Rosa E 3ª Via Verde Gramatura: 53 G/M2 Comprimento: 205 MM Largura: 120 MM Características Adicionais: 1ª Transmissora(branca), 2ª Transmissora-Receptora (Amarela), 3ª Receptora (Verde) Aplicação: Blocos de Requisição/Combustível/Compras - respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde (200 UN) e Departamento de Agricultura (50 UN) Bloco com 50X3 Folhas cada. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.	15,86	3.965,00
16	100	UND	613272	Bloco Rascunho Material: Papel Tipo Papel: A4 Comprimento: 297 MM Gramatura: 75 G/M2 Quantidade Folhas: 50 por bloco Largura: 210 MM Tamanho: A4 Aplicação: Anotações Diversas Características Adicionais: Impressão 4/0 Cores, Conforme Modelo Aplicação: FICHA RESUMO SEMANAL SERVIÇO ANTIVETORIAL (PNCD), FICHA CLÍNICA DE ANIMAIS AGRESSORES(FCCA) e FICHA AUTO TERMO VIGILÂNCIA SANITÁRIA; conforme as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Bloco com 50 Folhas cada. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.	11,06	1.106,00
17	2000	UND	481199	Ficha Material: Papel Sulfite Cor: Branca Características Adicionais: A4 Tamanho: 16x10 cm Aplicação: Ficha visitas setor endemias, respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde.	0,14	280,00
18	500	UND	354396	Ficha Material: Papel ofset/sulfite Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 297 MM Largura: 210 MM Cor: Branca Tipo: Com Pauta Características Adicionais: Impressão Frente E Verso. Aplicação: BOLETIM DE RECONHECIMENTO SETOR ENDEMIAS - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde/ Endemias	0,45	225,00
19	50	UND	391542	Bloco Rascunho Material ofset/sulfite Tipo: Com Pauta Tipo Papel: Apergaminhado Comprimento: 297 MM Gramatura: 75 G/M2 Quantidade Folhas: 100 Largura: 210 MM Aplicação: Ficha Resumo Diário Serviço Antivetorial PNCD, respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Cor: branca Características Adicionais: Pautado, Cola Topo., impressão frente e verso.	10,52	526,00
20	1000	UND	391542	Bloco Laudo Médico / Técnico Material: Papel Simples Gramatura: 75 G/M2 Impressão: Preta Frente Comprimento: 297 Largura: 210 MM Quantidade Folhas: 100 Finalidade: Ficha Boletim Atendimento Médico. Respeitando as orientações e layout	11,72	11.720,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				fornecido pelo Departamento de Saúde. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.		
21	500	UND	481199	Ficha Material: Papel Sulfite Cor: Branca Características Adicionais: A4 Gramatura: 90gr Comprimento: 297 MM Largura: 210 MM Aplicação: Ficha Resumo do Reconhecimento PCFDA - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde	0,46	230,00
22	100	UND	203734	Bloco Formulário Comunicação Interna Material: Celulose Vegetal Tipo Papel: Auto Copiativo Apresentação: Pautado Cor: Branca Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 297 MM Quantidade Folhas: 50x2 Largura: 210 MM Aplicação: ATENDIMENTO AO SAMU - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.	25,48	2.548,00
23	500	UND	600884	Impresso Padronizado Material: Papel Offset Gramatura: 75 G/M2 Quantidade Páginas: 50 Comprimento: 210 MM Cor: 1/0 Tipo: Ficha 4 - Odontologia Individual Largura: 297 MM Aplicação: Referência para TRATAMENTO DENTAL - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde.	8,86	4.430,00
24	100	UND	468734	Bloco Requisição Quantidade Vias: 1 UN Apresentação: Com Timbre e Impressão Conforme Modelo Do Órgão Quantidade Folhas: 50 UN Tipo Papel: Destacável Cor: Branca Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 255 MM Largura: 180 MM Características Adicionais: Com Capa E Contra Capa Material: Papel Ofsete Aplicação: FICHA DE RECLAMAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA - respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.	10,20	1.020,00
25	700	UND	310833	Cartaz Material: Papel Ofset Gramatura: 120 G/M2 Quantidade Cores Impressão: 4/0 Tamanho: 45 X 64 CM Material: Papel Couchê (brilho e/ou fosco) Características Adicionais: Impressão Frente Colorida Aplicação: Cartazes informativos para ações Educação em Saúde/ Atenção Básica/Endemias/PAM - respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde (100 UN), Departamento de Cultura (500 UN), Departamento de Agricultura (30 UN) e Departamento de Assistência Social (30 UN)	5,97	4.179,00
26	600	UND	430306	Caderno Material: Papel couchê 150gr Material Capa: Papel Cartão Duplex 250 G/M2 Quantidade Folhas: 64 FL Comprimento: 150 MM Largura: 210 MM Características Adicionais: Brochura, pautado, margeado, grampeado . Aplicação: Caderneta de Saúde (Menina e Menino) com 64 páginas, frente e verso, colorido, com acabamento dobra e grampo; respeitando as	5,25	3.150,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde.		
27	200	UND	607589	Lona Material: Lona Sintética (Front light) Aplicação: Banner Cor: Face Interna Branca Características Adicionais: Gramatura 280g/M², Ilhós, Trama 200×300 Comprimento: 1,50 M Largura: 0,90 M Acabamento em bainha reforçada, ilhós(anéis metálicos), bastão, ponteiros e cordão; com temáticas diferentes, sob demanda; conforme arte final fornecida pelos Departamentos de Saúde (150 UN), Agricultura (15 UN), Cultura (3 UN), Educação (10 UN) e Administrativo (10 UN)	72,78	14.556,00
28	70	UND	393355	Faixa Propaganda Material: Lona Vinílica Comprimento: 3,20 M Largura: 0,50M Características Adicionais: Impressão Digital Policromia/Acabamento C/ Bastões Acabamento: lona Front light 280g/m² de 200×300 fios, impressão colorida de alta definição, acabamento em bainha reforçada, ilhós(anéis metálicos), bastão, ponteiros e cordão; com temáticas diferentes, sob demanda; conforme arte final fornecida pelos Departamentos de Agricultura (6 UN), Saúde (50 UN), Cultura (2 UN), Educação (10 UN) e Administrativo (2 UN.)	220,20	15.414,00
29	17000	UND	471404	Impresso Padronizado Material: Papel Couchê Tipo: Panfleto Gramatura: 90 G/M² Comprimento: 210 MM Largura: 148 MM Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Aplicação: Divulgação de Campanha Complementação: Impressão 4/4 cores; Entrega de acordo com a demanda do órgão; provas por conta da gráfica, sob demanda; conforme arte final fornecida pelos Departamentos de Agricultura (1.000 UN), Saúde (5.000 UN), Cultura (2.000 UN), Educação (2.000 UN), Administrativo (500 UN) e Assistência Social (6.500 UN.)	0,47	7.990,00
30	2500	UND	483836	Cartão Visita Material: Papel couche brilho Comprimento: 9 CM Altura: 5 CM Gramatura: 230 G Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Cor: 4/4 Layout fornecido pelo Depto de Assistência Social	0,34	850,00
31	400	UND	438849	Cartão Identificação Material: Couche brilho Comprimento: 120 MM Largura: 100 MM Tipo Impressão: 4/0 Cores Gramatura: 250 G/M² características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Características Adicionais: Com Furos E Cordão, Cor: 4x0; Acabamento: Refile, 2 furos. Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Assistência Social	1,25	500,00
32	2000	UND	369198	Cartão-Convite Material: Papel Couchê Altura: 19 CM Largura: 24 CM Gramatura: 250 G/M² Acabamento: Refile. Entrega de acordo com a demanda do órgão; Arte final fornecida pelo Departamento de Assistência Social (CRAS/CREAS).	0,93	1.860,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

33	100	UND	284098	Cartazes em geral Cartaz Material: Papel Couchê brilho Gramatura: 115 G/M2 Quantidade Cores Impressão: 4/0 Tamanho: 45 X 32 CMArte final fornecida pelo Departamento de Assistência Social (CRAS/CREAS).	4,36	436,00
34	500	UND	228693	Bloco com 50 folhas pautadas cada, TAMANHO: 15x21cm (150x210mm). MATERIAL: miolo sulfite fosco 63g/m², capa e contracapa reciclado 75g/m². ACABAMENTO: blocado com cola vermelha no lado menor. COR: branca. LAYOUT conforme as especificações do Departamento de Educação	4,16	2.080,00
35	1500	UND	439776	Cartão Identificação Material: Cartão Em Pvc Branco Comprimento: 540 MM Largura: 865 MM Aplicação: Confecção Crachás Carteirainha Estudantil de PVC 0,76mm fosco, com foto, Frente colorido 4x4, verso preto e branco. ACABAMENTO: cantos arredondados. LAYOUT conforme as especificações do Departamento de Educação	7,83	11.745,00
36	3000	UND	476714	Confecção Pasta - Arquivo / Processo Pasta individual arquivo estudantil, sulfite (papel cartão) 240gr, cor branco, tamanho: 54,5x37 cm aberta, com 2 vincos, impresso em uma cor, conforme layout fornecido pelo Departamento de Educação	2,89	8.670,00
37	50	UND	12866	Encadernação /Desencadernação - Livro / Revista (Folhas soltas) Serviços de Encadernação de Atos Oficiais (Leis, Decretos Portarias, Editais, etc.) expedidos entre 2020 a 2023 agrupados em volumes com as seguintes especificações: cada volume com 100 a 400 folhas tamanho ofício em refile: capa dura (papelão sola média resistente liso) revestida em percalux nas cores preta, vermelha e azul (padrões já utilizadas em volumes de anos anteriores) e dimensões até 22x31,5 cm, com gravação das letras em dourado na capa e lombada: folhas guarda com papel 120g (no início e final do volume), costura com reforço no dorso do livro, cola branca sintética sem cheiro, lombadas reforçadas, reforço com tecido na parte interna e acabamento de cabeceado. Os volumes a serem encadernados deverão ser RETIRADOS e ENTREGUES no Setor de Redação, localizado na Praça do Café, nº 22, Centro - Jandaia do Sul/PR, através de termo de responsabilidade. Obs. Os interessados poderão vistoriar o material a ser encadernado, no Setor de Redação, para tomar ciência do modelo de encadernação que atende os requisitos especificados existentes no Município.	97,93	4.896,50
38	8000	UND	9997	Gráfico - Formulários Contínuos - FORMULÁRIO DE NOTA FISCAL DEPRODUTOR RURAL EM 5 VIAS, TAMANHO 24X28 CM, PAPEL AUTOCOPIATIVO COM AS VIAS APRISIONADAS ATRAVÉS DE FITAS ADESIVAS FLEX, CONFORME ORDEM A	1,57	12.560,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				SEGUIR:1 VIA NA COR PRETA – DESTINATÁRIO;5 VIA NA COR VERDE – EMITENTE (MUNICÍPIO);2 VIA NA COR VERDE – ARQUIVO FISCAL;3 VIA NA COR AZUL – FISCO DESTINO;4 VIA NA COR VERMELHA – FISCO ORIGEM.) Armazenado em caixas com 500 UN (16 cx com 500 formulários)respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Fomento à Agropecuária e Meio Ambiente.		
39	1000	UND	485639	Impresso Padronizado Material: Papel Ofsete Tipo: Livreto Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 200 MM Largura: 153 MM Características Adicionais: Acabamento Com Grampos Aplicação: Cartilha Quantidade Páginas: 4 a 8 páginas Capa: Papel Couchê Fosco, Gramatura 180 G.M2, 4.4 Cores Aplicação: Cartilha orientativa - BEM ESTAR ANIMAL - -Formato 200 x 306mm aberto - ?Acabamento dobra e grampo - cores 4 x 4 . Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Fomento à Agropecuária e Meio Ambiente.	4,14	4.140,00
40	8000	UND	485745	Impresso Padronizado Material: Papel Ap Tipo: Folder Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 420 MM Largura: 297 MM Cor: 4/4 Características Adicionais: 2 Dobras, 3 Colunas Aplicação: Divulgação Institucional Folder c/ duas dobras (três faces) Aplicação: Campanha Coleta Seletiva. Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Fomento à Agropecuária e Meio Ambiente.	0,51	4.080,00
41	17000	UND	18422	Gráfico - Impressos/ Plastificação/ Acabamentos Carnê de IPTU 21x10 cm; Capa: 21x10 cm; 1x1 em color plus verde 75g; Contra capa: 21x10 cm; 1x0 em color plus verde 75g; Miolo: 9 folhas; 21x10 cm, 1x0 cor em papel sulfite 75g; refilado, intercalado, lombada e grampeado. Un	1,49	25.330,00
42	100	UND	449495	Impresso Padronizado Material: Papel Auto copiativo Tipo: Bloco50 X 2 Colado, Intercalado, Picotado Gramatura: 56 G/M2Comprimento: 320 MM Largura: 220 MM Cor: 1ª Via Branca E 2ª Via Amarela Características Adicionais: Impressão: 1x0 (Conforme Modelo) Quantidade Páginas: 50X2 RAS SAMU - RELATORIO DE ATENDIMENTO DO SOCORRISTA - blocos 2 vias - papel auto copiativo (químico) - medida 22x32cm. Bloco	8,68	868,00
43	200	UND	452344	Carimbo auto-entintado tamanho 3.6 x 1.2	68,25	13.650,00
						Total: 214.759,50

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT e a do Termo de Referência/Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência/Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

1.3 – O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4– Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do estudo Técnico preliminar.

1.5 – Os bens objeto desta contratação, serão adquiridos através da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica.

1.6 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, na forma do Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

1.6.1 – A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 –DA LEI 123/2006 – MICRO E PEQUENA EMPRESA

() ampla Concorrência

() licitação com cota reservada para ME e EPP

(x) licitação exclusiva para ME e EPP

Se a licitação for exclusiva para ME e EPP:

(x) local

() regional

() sem restrição territorial

Justificativa que fundamenta a abertura de Procedimento Licitatório com aplicação do Benefício constante do §3º, Artigo 48 da LC nº 123/06, Art. 30º da Lei Complementar Municipal nº 3128/2020, Art. 4º do Decreto Municipal nº 7936/2022 e Prejulgado nº 027 – TCE/PR, uma vez que o objeto a ser contratado em primeira análise apresenta indícios de ser possível tal aplicação.

Considerando que o Município de Jandaia do Sul tem criado regulamentação fundamentada na Lei Complementar Federal 123/2006 e com o intuito de promover Políticas Públicas para amparar a aplicação do tratamento diferenciada exemplificado para as MPE's Locais ou Regionais, conforme oportunamente o procedimento Licitatório permitir, e com isso proporcionar o desenvolvimento econômico Local ou da Região, que tem sofrido muito nos últimos anos com desemprego, que da de arrecadação e etc., conforme consultas nos órgãos de estatísticas e pesquisas.

Considerando ainda, a vontade do Poder Executivo em desenvolver com excelência o programa de incentivo e promoção das MPE's, no intuito de fomentar o comércio Local e Regional, através do Poder das Compras Públicas visto que o Orçamento do Município é um dos maiores volumes de recursos que circulam dentro do território municipal, seja com salários de servidores ou com compras nos comércios locais e, que ultimamente tem perdido parte de sua receita em comércios de cidades maiores.

Considerando que o Programa de apoio as MPE's somente alcançará seus objetivos se de um lado o Município fizer a sua parte, e de outro os empresários locais participarem dos procedimentos, para isso foi iniciado estudos através do planejamento das compras em busca de melhorar as contratações e incentivar a participação de todas as empresas existentes, seja local ou regional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Diante do acima exposto com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 3128/2020 e Decreto Municipal nº 7936/2022, podemos afirmar que temos uma Política Pública voltada ao desenvolvimento econômico e social no Município de Jandaia do Sul-Pr, baseado no poder das compras públicas, que nos possibilita a aplicar o tratamento diferenciado exemplificado as MPEs.

A Constituição Federal nos Art.170, inciso IX e também o Art.179, vejamos:

**“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
IX - Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.**

Art.179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”.(Grifonosso)

A Lei Complementar Federal nº 123/2006 e a Nível Municipal Lei Complementar nº 3128/2020, bem como o Decreto Municipal nº 7936/2022, tem por escopo dar tratamento jurídico diferenciado à essas empresas, o qual guarda, ainda, perfeita consonância com os princípios norteadores do direito, em especial da isonomia, imparcialidade, moralidade e equidade, bem como, em consonância como se entendimentos do órgão fiscalizador, qual seja, o Prejulgado nº027–TCE/PR.

LC123/2006

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.(Grifonosso)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.(Grifonosso)

O Artigo 48 do mesmo dispositivo que determina o seguinte:

Art.48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de micro empresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais);



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

II - Poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - Deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

- §2º Na hipótese do inciso II do 'caput' deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.
- § 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Uma vez esclarecido o que se considera como tratamento diferenciado e simplificado que daqui por diante trataremos como benefício passamos a justificar a possibilidade de aplicarmos o §3º do Art. 48 da Lei Complementar Federal 123/2006.

O TCE/PR trouxe esclarecimento sobre qual benefício seria possível aplicar as MPEs mediante o **Acórdão 2122/2019**, entendimento de como aplicar os benefícios constante do §3 do artigo 48 da Lei Complementar Federal 123/2006 sobre a possibilidade de beneficiar as ME e EPP.

O Art. 49 apresenta as regras de quando **não se pode aplicar tais benefícios**, vejamos:

Art.49. Não se aplica o disposto nos arts.47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado);

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados com o microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts.24 e 25 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art.24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art.48.

Portanto, esses benefícios têm por finalidade promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, fomentando a relação comercial entre o Poder Público e as MPE's como estratégia para o crescimento dessas últimas, e, são normas cogentes e auto aplicáveis, ou seja, são de observância obrigatória e prescindem de regulamentação ulterior, salvo se houver regulamentação local mais favorável (parágrafo único do art.47 da LC123/2006).

Colaciona-se a seguinte orientação da AGU:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Colaciona-se a seguinte orientação da AGU:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA CJU-MGNº60, DE 22 DE JANEIRO DE 2010

4.1.3) A expressão "local" pode ser interpretada como a correspondente ao Município ao qual se encontra sediado o órgão assessorado;

Lei Complementar nº 3128/2020:

Art. 30º. Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para o Microempreendedor Individual – MEI, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

(...)

Decreto Municipal nº 7936/2022:

Art. 6º. Para efeitos deste contrato, considera-se:

I – local, o limite geográfico do município de Jandaia do Sul;

(...)

Isto posto, resta esclarecido o que significa **tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individual**, bem como os requisitos necessários a aplicação dos benefícios atendendo aos preceitos legais, passaremos a demonstrar e comprovar que o Município atende a todos os requisitos previstos na Legislação que possibilitam a aplicação dos referidos benefícios, vejamos.

A Licitação exclusiva para empresas locais, se deu pelo fato da existência de no mínimo 03 (Três) Microempresas Locais aptas a participação na Licitação, sendo comprovado através de pesquisa a procedimentos licitatórios de anos anteriores, pelos orçamentos apresentados e pela apresentação do cartão do CNPJ em que consta o ramo de que atende ao objeto deste procedimento, as quais foram pesquisa das e conferidas pela Gerente Compras e Licitações.

Portanto se na fase de planejamento e preparação da licitação foi constatada a ocorrência da possibilidade de parcelamento do objeto licitado, nos moldes acima apresentados, e for aferida a existência de no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como MPEs e dia dos local. Encontra-se neste procedimento justificada que a base territorial para aplicação do benefício constante do §3º do Art. 48 seja as empresas localizadas no município, assim comprovando existir o mínimo de empresas necessárias a poder definir a abrangência territorial.

3–FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1– Justificativa da contratação:

Face à imprescindibilidade dos serviços de reprodução e impressão de documentos, necessários à realização da maioria das atividades dos Departamentos e diversos setores desta municipalidade, bem como, justifica-se a pretendida contratação pela necessidade de propiciar a continuidade dos serviços, de maneira que as mesmas desempenhem suas funções administrativas ou operacionais de forma a atender o princípio da eficiência e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

qualidade à população em geral, objetivando atender as demandas, além de fundamental importância, permite maior transparência e visibilidade das ações e trabalhos realizados pelo Prefeitura Municipal.

Ademais, a presente aquisição visa suprir as necessidades da divulgação dos eventos que serão realizados e em atendimento as atividades diárias realizadas aos cidadãos em geral que procuram os serviços prestados pela administração municipal. No mais, a contratação tem em vista a reposição do estoque de impressos do almoxarifado, sem a qual poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pela administração pública municipal.

Assim sendo, há motivação para licitar os serviços de confecção de material gráfico, com a finalidade de atender às necessidades desta municipalidade. Logo, a prestação do serviço em comento é consubstanciada na necessidade de realização das atividades essenciais. Pois, os materiais são necessários/básicos dentro dos setores, que em sua maioria são utilizados para dar agilidade aos processos administrativos devido à crescente demanda dos serviços pertinentes a impressão de documentos; encadernação e confecções de panfletos, fichas, cartazes e dentre outros materiais.

Destaca-se que a falta destes materiais pode causar risco de interrupção dos serviços de utilidade pública diretamente relacionados à contratação do objeto. Deste modo, a realização do referido processo e consequentemente, a possível contratação do objeto pretendido, busca atender ao princípio constitucional indisponível da satisfação do interesse público, visto que o processo licitatório destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a prestação dos serviços públicos oferecidos à municipalidade. Diante do exposto, justifica a necessidade do presente procedimento licitatório para que seja fornecido os materiais do referido objeto, de modo a manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte as tarefas e ações operacionais das atividades desenvolvidas.

Além disso, a aquisição destes materiais busca um melhor atendimento das demandas dos setores Municipais e agilidade aos processos administrativos, de modo a assegurar os serviços de administração pública em níveis aceitáveis.

Por fim, justifica-se também pela conveniência da aquisição com previsão de entrega parcelada.

Assim, com vistas a manter a capacidade de suprimento Municipal, faz-se necessário iniciar novo procedimento licitatório, cujos quantitativos foram estimados para os próximos doze meses.

3.2- A necessidade da presente contratação se encontra respaldada no Plano de Contratações Anual publicado 16 de novembro de 2023, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

4-DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Considerando o fato de se tornar inviável operacionalmente a aquisição de todos os bens de uma só vez, uma vez que a demanda não é sazonal, bem como a necessidade de contratações frequentes, a previsão de entregas parceladas, a impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração e levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a aquisição através de Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços, que se caracteriza



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

pelo conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras.

A licitação será regida pela modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, tomando como parâmetro legal:

- Lei nº. 14.133/2021, atualizada, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno porte.

De acordo com a Lei 14.133/2021, para a aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade a ser praticada deverá ser o Pregão, sendo a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado – inciso XLI do artigo 6º da Lei 14.133/2021”.

Ainda, seguindo orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná definida no Acórdão nº 2605/18 - Tribunal Pleno, no intuito de garantir o cumprimento dos princípios constitucionais que regem as modalidades licitatórias e ampliar a competitividade, transparência, publicidade e eficiência deste certame, será adotada a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO.

A adoção desta modalidade traz inúmeras vantagens à Administração Pública, entre elas: o potencial aumento da competitividade do certame, já que interessados que estejam localizados em qualquer lugar do país podem participar de forma remota; possível ampliação do número de participantes, o que estimula a concorrência; a impessoalidade do procedimento, visto que os competidores participam do pregão de forma anônima; mais transparência e segurança, pois a maior parte dos atos da licitação é registrada automaticamente pelo sistema, evitando-se erros e falta de publicidade dos atos praticados pela Administração.

Foi adotado o formato do pregão para registro de preços por se tratar de um procedimento que proporciona atender o interesse público com celeridade e eficiência, pois durante a validade da ata de registro de preços, é possível exigir que o particular detentor da ARP celebre o contrato na medida em que a administração necessitar, pelo preço registrado em ata, de acordo com a real necessidade, proporcionando a faculdade na aquisição do objeto licitado, flexibilizando as despesas de acordo com a devida adequação aos recursos disponíveis e visto que bens e serviços comuns são produtos/serviços cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitam de avaliação minuciosa e são encontrados facilmente no mercado, como ocorre no presente processo. A adoção da modalidade de registro de preço é necessária como pressuposta da efetivação do princípio da economicidade, tendo em vista que a aquisição é estimativa, uma vez que o consumo é variável com base na demanda de cada produto/serviço. A existência de Preços Registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições conforme o Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023. A ata de registro de preço possui vigência de 12 meses o que reduz a quantidade de processos licitatórios gerando economia para o município e garante uma constância no atendimento ao contribuinte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Esta modalidade também facilita o trabalho de planejamento orçamentário das unidades, possibilitando uma melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício. No âmbito municipal o Decreto nº 8499/2023 regulamenta o Registro de Preços.

5- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação objeto deste termo de referência apresenta os seguintes requisitos:

5.1 – REQUISITOS INTERNOS

5.1.1 – Especificação (detalhamento)

As especificações dos itens encontram-se na tabela do item 05 deste ETP.

Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc., atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.1.2 – Encargos

As despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto, correrão por conta exclusiva da contratada.

5.1.3 – Da contratação:

Para a efetivação da contratação, a empresa vencedora deverá apresentar os documentos exigidos conforme a Lei 14.133/2021, conforme arts 62 a 69, em especial os documentos de qualificação técnica, conforme segue:

a) Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante fornece ou já forneceu produtos compatíveis com o objeto da presente licitação e que a mesma não possui nada que desabone sua capacidade de fornecimento.

5.1.4 – Descrição dos Requisitos para Contratação

A contratação se dará por SRP, ficando a Ata de Registro de Preços válida por 12 meses.

Para que o objetivo desta licitação possa ser plenamente atingido, é necessário que as empresas participantes atendam aos requisitos mínimos exigidos para o cadastramento e participação no processo.

Além disso, deve assegurar o cumprimento dos compromissos firmados na Ata de Registro de Preços durante toda a sua vigência e atender os seguintes requisitos:

- Fornecimento de materiais gráficos, de acordo com o tipo especificado, atendendo o tipo de embalagem, unidade de medida e prazos de garantia especificados;
- Comprovar a aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- Os materiais entregues deverão apresentar as características constantes nas especificações da tabela do item 05.
- Os licitantes deverão possuir logística suficiente para atender as necessidades da



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

administração municipal.

e) O desembarque deve ocorrer por conta dos fornecedores.

5.1.5 – Validade da Ata de Registro de Preços

A ata de registro de preços terá validade de 12 meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada para mais 12 meses, nos termos do Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

A ARP e o Contrato advindo da ARP deverá ser acompanhado e fiscalizado durante toda a vigência da execução que consistirá na verificação da conformidade do fornecimento de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, como fiscal de contrato.

A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

O representante da **CONTRATANTE** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas;

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada. (Art. 83. da Lei 14.133/2021).

5.1.6 – Da Fiscalização:

A fiscalização é de responsabilidade do servidor designado pelo Departamento Administrativo para tal função.

O fiscal, será responsável pela fiscalização do futuro contrato e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cujas cópias serão encaminhadas a empresa contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

5.1.7–Das Obrigações das Partes:

5.1.7.1 – DO CONTRATANTE

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.1.7.2 – DO CONTRATADO

a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

g) O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

g.1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

g.2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

g.3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

g.4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

g.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- q) **Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.**

5.1.8– Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.9– Garantia Contratual

Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

6– MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 – O objeto do presente termo de referência deverá ser entregue, em até 30 (trinta) dias, no(s) local(is) e horário(s) definido, pelo Departamento requisitante, após solicitação.

6.2 – O objeto será entregue de forma parcelada, conforme necessidade, por um período de 12 (doze) meses, reservando-se ao Órgão Gerenciador o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade do valor contratado/registrado, sendo que a não utilização dos recursos previstos não gera qualquer direito ao Fornecedor, seja de que natureza for inclusive indenizatório.

6.3 –A Empresa detentora deverá prestar os serviços e fornecer os materiais em perfeitas condições de uso, dentro das especificações, sem adulteração, obedecendo rigorosamente a todas as legislações e normas técnicas aplicáveis.

6.4 – A licitante vencedora será a única responsável pela qualidade dos materiais fornecidos.

6.5 – Os IMPRESSOS, CORES deverão ser NITIDOS e de BOA QUALIDADE, sem borrões, falhas, manchas ou outro tipo de imperfeição e que atenda as Normas e Exigências atribuídas aos produtos.

6.6 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor fica obrigado a entregar o objeto, nas quantidades indicadas em cada solicitação, podendo consistir-se em apenas uma única unidade do referido item.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

6.7 – As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades dos Departamentos Municipais. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

6.8 – Constatadas irregularidades no objeto, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) no que diz respeito à especificação ou defeitos, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) na hipótese de substituição, o Fornecedor deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, mantido o preço inicialmente contratado/registrado;
- c) no que diz respeito à diferença das características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d) na hipótese de complementação, o Fornecedor deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador, mantido o preço inicialmente contratado/registrado.

6.9 – Correrão por conta da contratada/fornecedor todas as despesas com embalagem, seguros, transporte, distribuição, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou serviços.

6.10 – As dúvidas e demais informações quanto as especificações deverão ser esclarecidas junto ao **Setor de Compras**, Praça do Café, 22 - Centro – Jandaia do Sul – PR, pelo telefone (43) 3432-9250 ou e-mail: compras@jandaiadosul.pr.gov.br.

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 –O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 –Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 –As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito enviado pelo e-mail compras@jandaiadosul.pr.gov.br, exceto quando o ato exigir maiores formalidades.

7.4 –O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 –Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6 –A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato: **José Carlos Mascote** – CPF: **497.067.219-91** e pelo fiscal do contrato: **Fabio Alberton Manfrim** – CPF: **066.082.989-30**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

7.7 –O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 8498 de 31 de Março de 2023 - Decreto do Município);

7.8 –O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 8498 de 31 de Março de 2023 - Decreto do Município);

7.9 –O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 8498 de 31 de Março de 2023 - Decreto do Município);

7.10 –O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 8498 de 31 de Março de 2023 - Decreto do Município).

8– RECEBIMENTO DO OBJETO E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1 – Recebimento do Objeto

- a) Os materiais serão recebidos pelo diretor do Departamento requisitante, podendo ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- b) O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração que será autorizada a emissão pelo fiscal de contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- c) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- d) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- e) O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- f) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos produtos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2 – Liquidação

- a) Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- b) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- c) Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- c.1) O prazo de validade;
 - c.2) A data da emissão;
 - c.3) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - c.4) O período respectivo de execução do contrato;
 - c.5) O valor a pagar; e
 - c.6) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- d) Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- e) A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- f) A Administração deverá realizar consulta para:
- f.1) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - f.2) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- g) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- i) Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;
- j) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação no que se refere a regularidade fiscal.

8.3 – Prazo de pagamento

- a) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, por meio de liquidação, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

8.4 – Forma de pagamento

- a) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado na nota fiscal ou instrumento equivalente.
- b) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- c) Quanto ao pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- d) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- e) Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9– FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.2 – Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos constantes no artigo nº 62 ao 69 da Lei 14.133/2021, em especial os documentos de qualificação técnica conforme segue:

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante fornece ou já forneceu produtos compatíveis com o objeto da presente licitação e que a mesma não possui nada que desabone sua capacidade de fornecimento.

10– ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 – Preliminarmente, baseados em pesquisa de preços de acordo com o Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021, estimamos em R\$ 214.759,50 (duzentos e quatorze mil setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) o valor de referência da contratação ora pretendida.

10.2 – Para pesquisa de preços, deve-se observar a realidade de valores no mercado atual, respeitando as peculiaridades do objeto, toma-se como base o Art 23 da Lei 14.133/2021, em que discorre sobre os parâmetros para determinar o valor estimado.

10.3 – Amparado pela normativa acima citada, esse Departamento buscou fontes de preços com empresas do ramo pertinente ao objeto, sites de domínio amplo, preços constantes de bancos de dados públicos através de contratações de outros municípios, notas fiscais eletrônicas encontrado informações respectiva a esse objeto, conforme consultas anexas a cesta de preços.

10.4– As empresas que colaboraram com orçamento efetivamente foram:

BOLAX PUBLICIDADE LTDA

CNPJ: 11.282.281/0001-39



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

REGINALDO MUNHOS BRISCHILIARI
LOPES & GREGORATO LTDA

CNPJ: 74.041.625/0001-38
CNPJ: 33.589.148/0001-62

10.5 – Para a presente formação de cesta de preços, foram adotadas as seguintes fontes:

1. CONTRATAÇÕES SIMILARES
2. PAINEL DE PREÇOS
3. BLL
4. PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
5. TCE PARANÁ
6. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CGU – NFE
7. PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL
8. BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

10.6– Responsáveis pelas Pesquisas de preços: Larissa Fernanda Trovilho

11– ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura do Município de Jandaia.

11.2– A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Cont. Red.	Fonte	Descrição	Órgão	Funcional	Proj./Ativ	Categoria	Descrição
693	511	Taxas	09.002	15.452.0026	2.020	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
22	1000	Recursos Livres	03.001	02.062.0002	2.003	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
71	1000	Recursos Livres	05.001	04.122.0004	2.006	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
85	1000	Recursos Livres	06.001	04.123.0005	2.007	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
43	1000	Recursos Livres	04.001	04.122.0004	2.004	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
110	104	Demais Impostos	07.001	12.122.0004	2.010	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
233	103	Educação	07.001	12.361.0017	6.017	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
285	103	Educação	07.001	12.365.0020	6.018	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
325	103	Educação	07.001	12.365.0020	6.019	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
434	303	Saúde	08.001	10.122.0012	2.093	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
435	494	Bloco Custeio	08.001	10.122.0012	2.093	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
482	303	Saúde	08.001	10.301.0012	2.094	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
552	303	Saúde	08.001	10.302.0013	2.095	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
664	1000	Recursos Livres	09.002	15.451.0025	2.019	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
662	510	Taxas	09.002	15.451.0025	2.019	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
888	1000	Recurso Livres	15.001	08.122.0004	2.035	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
938	1000	Recursos Livres	15.001	08.243.0009	6.001	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
998	1000	Recursos Livres	15.001	08.244.0010	2.038	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
1029	1000	Recursos Livres	16.001	13.392.0024	2.046	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo

11.3 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

APÊNDICE DO ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Estudo técnico preliminar para contratação de Serviços Gráficos, com fornecimento de materiais de impressão, confecção, personalizados e mão de obra afim de atender as demandas dos Departamentos e Setores desta municipalidade no período de 12 (doze) meses.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

SERVIDOR(A)	FUNÇÃO
JOSE CARLOS MASCOTE	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LARISSA FERNANDA TROVILHO	SETOR DE COMPRAS

1– INTRODUÇÃO:

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados, conduza ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

Trata-se o presente documento de estudo técnico preliminar para o levantamento da melhor solução para contratação de Serviços Gráficos, com fornecimento de materiais de impressão, confecção, personalizados e mão de obra afim de atender as demandas dos Departamentos e Setores desta municipalidade no período de 12 (doze) meses.

Este estudo consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação, de modo a assegurar a viabilidade e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XX.

2 – NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

Face à imprescindibilidade dos serviços de reprodução e impressão de documentos, necessários à realização da maioria das atividades dos Departamentos e diversos setores desta municipalidade, bem como, justifica-se a pretendida contratação pela necessidade de propiciar a continuidade dos serviços, de maneira que as mesmas desempenhem suas funções administrativas ou operacionais de forma a atender o princípio da eficiência e qualidade à população em geral, objetivando atender as demandas, além de fundamental importância, permite maior transparência e visibilidade das ações e trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Ademais, a presente aquisição visa suprir as necessidades da divulgação dos eventos que serão realizados e em atendimento as atividades diárias realizadas aos cidadãos em geral que procuram os serviços prestados pela administração municipal. No mais, a contratação tem em vista a reposição do estoque de impressos do almoxarifado, sem a qual poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pela administração pública municipal.

Assim sendo, há motivação para licitar os serviços de confecção de material gráfico, com a finalidade de atender às necessidades desta municipalidade. Logo, a prestação do serviço em comento é consubstanciada na necessidade de realização das atividades essenciais. Pois, os materiais são necessários/básicos dentro dos setores, que em sua maioria são utilizados para dar agilidade aos processos administrativos devido à crescente demanda dos serviços pertinentes a impressão de documentos; encadernação e confecções de panfletos, fichas, cartazes e dentre outros materiais.

Destaca-se que a falta destes materiais pode causar risco de interrupção dos serviços de utilidade pública diretamente relacionados à contratação do objeto. Deste modo, a realização do referido processo e consequentemente, a possível contratação do objeto pretendido, busca atender ao princípio constitucional indisponível da satisfação do interesse público, visto que o processo licitatório destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a prestação dos serviços públicos oferecidos à municipalidade. Diante do exposto, justifica a necessidade do presente procedimento licitatório para que seja fornecido os materiais do referido objeto, de modo a manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte as tarefas e ações operacionais das atividades desenvolvidas.

Além disso, a aquisição destes materiais busca um melhor atendimento das demandas dos setores Municipais e agilidade aos processos administrativos, de modo a assegurar os serviços de administração pública em níveis aceitáveis.

Por fim, justifica-se também pela conveniência da aquisição com previsão de entrega parcelada.

Assim, com vistas a manter a capacidade de suprimento Municipal, faz-se necessário iniciar novo procedimento licitatório, cujos quantitativos foram estimados para os próximos doze meses.

3 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL- 2023:

A necessidade da presente contratação se encontra respaldada no Plano de Contratações Anual publicado 16 de novembro de 2023, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

4– REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação objeto deste estudo preliminar apresenta os seguintes requisitos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

4.1 – REQUISITOS INTERNOS:

4.1.1 –Da execução do objeto:

4.1.1.1 – O objeto do presente ETP deverá ser entregue, em até 30 (trinta) dias, no(s) local(is) e horário(s) definido, pelo Departamento requisitante, após solicitação.

4.1.1.2 – O objeto será entregue de forma parcelada, conforme necessidade, por um período de 12 (doze) meses, reservando-se ao Órgão Gerenciador o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade do valor contratado/registrado, sendo que a não utilização dos recursos previstos não gera qualquer direito ao Fornecedor, seja de que natureza for inclusive indenizatório.

4.1.1.3 –A Empresa detentora deverá prestar os serviços e fornecer os materiais em perfeitas condições de uso, dentro das especificações, sem adulteração, obedecendo rigorosamente a todas as legislações e normas técnicas aplicáveis.

4.1.1.4 – A licitante vencedora será a única responsável pela qualidade dos materiais fornecidos.

4.1.1.5 – Os IMPRESSOS, CORES deverão ser NITIDOS e de BOA QUALIDADE, sem borrões, falhas, manchas ou outro tipo de imperfeição e que atenda as Normas e Exigências atribuídas aos produtos.

4.1.1.6 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor fica obrigado a entregar o objeto, nas quantidades indicadas em cada solicitação, podendo consistir-se em apenas uma única unidade do referido item.

4.1.1.7 – As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades dos Departamentos Municipais. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

4.1.1.8– Constatadas irregularidades no objeto, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) no que diz respeito à especificação ou defeitos, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) na hipótese de substituição, o Fornecedor deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, mantido o preço inicialmente contratado/registrado;
- c) no que diz respeito à diferença das características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d) na hipótese de complementação, o Fornecedor deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador, mantido o preço inicialmente contratado/registrado.

4.1.1.9– Correrão por conta da contratada/fornecedor todas as despesas com embalagem, seguros, transporte, distribuição, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou serviços.

4.1.1.10–As dúvidas e demais informações quanto as especificações deverão ser esclarecidas junto ao **Setor de Compras**, Praça do Café, 22 - Centro – Jandaia do Sul – PR, pelo telefone (43) 3432-9250 ou e-mail: compras@jandaiadosul.pr.gov.br.

4.1.2–Especificação (detalhamento):

As especificações dos itens encontram-se na tabela do item 05 deste ETP.

Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial -



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ABNT, INMETRO, etc., atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

4.1.3– Encargos

As despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto, correrão por conta exclusiva da contratada.

4.1.4–Da contratação:

Para a efetivação da contratação, a empresa vencedora deverá apresentar os documentos exigidos conforme a Lei 14.133/2021, conforme arts 62 a 69, em especial os documentos de qualificação técnica, conforme segue:

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante fornece ou já forneceu produtos compatíveis com o objeto da presente licitação e que a mesma não possui nada que desabone sua capacidade de fornecimento.

4.1.5 –Descrição dos Requisitos para Contratação

A contratação se dará por SRP, ficando a Ata de Registro de Preços válida por 12 meses.

Para que o objetivo desta licitação possa ser plenamente atingido, é necessário que as empresas participantes atendam aos requisitos mínimos exigidos para o cadastramento e participação no processo.

Além disso, deve assegurar o cumprimento dos compromissos firmados na Ata de Registro de Preços durante toda a sua vigência e atender os seguintes requisitos:

- a) Fornecimento de materiais gráficos, de acordo com o tipo especificado, atendendo o tipo de embalagem, unidade de medida e prazos de garantia especificados;
- b) Comprovar a aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- c) Os materiais entregues deverão apresentar as características constantes nas especificações da tabela do item 05.
- d) Os licitantes deverão possuir logística suficiente para atender as necessidades da administração municipal.
- e) O desembarque deve ocorrer por conta dos fornecedores.

4.1.6 – Validade da Ata de Registro de Preços

A ata de registro de preços terá validade de 12 meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada para mais 12 meses, nos termos do Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

A ARP e o Contrato advindo da ARP deverá ser acompanhado e fiscalizado durante toda a vigência da execução que consistirá na verificação da conformidade do fornecimento de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, como fiscal de contrato.

A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O representante da **CONTRATANTE** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas;

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada. (Art. 83. da Lei 14.133/2021).

4.1.7 – Da Fiscalização:

A fiscalização é de responsabilidade do servidor designado pelo Departamento Administrativo para tal função.

O fiscal, será responsável pela fiscalização do futuro contrato e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cujas cópias serão encaminhadas a empresa contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

4.1.8 – Recebimento do Objeto e Critérios de Pagamento:

4.1.8.1 – Recebimento do Objeto:

- a) Os materiais serão recebidos pelo diretor do Departamento requisitante, podendo ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- b) O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração que será autorizada a emissão pelo fiscal de contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- c) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- d) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- e) O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- f) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos produtos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.1.8.2 – Liquidação:

- a) Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- b) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

- c) Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - c.1) O prazo de validade;
 - c.2) A data da emissão;
 - c.3) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - c.4) O período respectivo de execução do contrato;
 - c.5) O valor a pagar; e
 - c.6) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- d) Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- e) A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- f) A Administração deverá realizar consulta para:
 - f.1) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - f.2) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- g) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- i) Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;
- j) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação no que se refere a regularidade fiscal.

4.1.8.3 – Prazo de pagamento:

- a) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, por meio de liquidação, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

4.1.8.4 – Forma de pagamento:

- a) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado na nota fiscal ou instrumento equivalente.
- b) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- c) Quanto ao pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- d) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- e) Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.1.9–Das Obrigações das Partes:

4.1.9.1 – DO CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

4.1.9.2 – DO CONTRATADO:

- a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - g.1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - g.2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - g.3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - g.4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - g.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- q) **Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.**

4.1.10– Subcontratação:

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.11– Garantia Contratual:

Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

4.2 – REQUISITOS EXTERNOS (LEGAIS)

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Decreto Municipal nº 8494/2023 a nº 8499/2023.

5 –RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E QUANTIDADES DE CADA ITEM:

ITEM	QUANT.	UN.	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
1.	700	UND	448281	Bloco Notificação Material: Papel Super Bond Tipo Impressão: 1/0 - Cor: Azul Tamanho: 210 X 75 MM ou 12x20 CM Aplicação: Notificação De Receita "B" Características Adicionais: Numerado, Picotado, Impressão Preta; Quantidade: Bloco 50 FLS. Conforme Modelo fornecido pelo Departamento de Saúde.	4,88	3.416,00
2.	200	UND	335613	Bloco Receituário Médico Material: Ofsete Gramatura: 56 G/M2 Comprimento: 210 MM Quantidade Folhas: 50 UN Largura: 150 MM Características Adicionais: Impressão Na Cor Preta De Arte Padrão, 50 Folhas. Quantidade: Bloco 50 FLS. Colagem no topo, Conforme Modelo fornecido pelo Departamento de Saúde.	4,89	978,00
3.	5000	UND	311435	Ficha Material: Cartolina Gramatura: 180 G/M2 Comprimento: 220 MM Largura: 110 MM Cor: Verde Aplicação: Cartão de Planejamento Familiar; Cartão Fonoterapia; Identificação/Agendamento Psicológico - Respeitando as orientações e layout fornecidos pelo Departamento de Saúde.	0,25	1.250,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

4.	200	BL	452550	Impresso padronizado, material: papel sulfite, tipo: bloco picotado, cola no topo, gramatura: 75 g,m2, comprimento: 210 mm, largura: 145 mm, cor: 1,1, características adicionais: conforme modelo do órgão, aplicação: Aplicação: FICHA DE EVOLUÇÃO e FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÉUTICA respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de saúde. Bloco com 50 folhas cada.	9,55	1.910,00
5.	1000	UND	473490	Pasta arquivo, material: papel cartão, largura: 23 + 23 cm, largura total: 46 cm altura: 32,5 cm, gramatura: 250 g,m2, aplicação: arquivo de documento, impressão: 1/0. Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo departamento de saúde e setor de protocolo. UNIDADE	1,21	1.210,00
6	1000	UND	472837	Envelope, material: offset, modelo: saco padrão, tamanho (c x l): 240 x 340 mm, cor: branco, gramatura: 75 g,m2. respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde . UNIDADE	1,34	1.340,00
7.	2000	UND	473495	Envelope, material: offset, modelo: ofício, tamanho (c x l): 160 x 220 mm, cor: branco, gramatura: 90 g,m2. Impresso em cor 1,0, respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento Administrativo (1000 UN) e Saúde (1000 UN). UNIDADE	0,86	1.720,00
8.	1500	UND	447695	Pasta eventos, material: papel supremo, altura: 460 mm, gramatura: 300 g,m2, largura: 410 mm, acabamento: corte,vinco, laminação fosca, verniz uv, formato: aberta com bolsa de: 230 x 309 mm, cor impressão: 4,0, características adicionais 1: conforme modelo do órgão. Impresso em uma cor, respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de saúde (1000 UN), Departamento administrativo (200 UN) e assistência social (300 UN). UNIDADE	4,37	6.555,00
9.	100	UND	335613	Bloco Receituário Médico Material: Ofsete Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 210 MM Quantidade Folhas: 50 UN Largura: 150 MM Características Adicionais: Impressão Na Cor Preta De Arte Padrão, 50 Folhas Conforme Modelo fornecido pelo Departamento de Saúde. Bloco com 50 folhas	6,17	617,00
10	5000	UND	485413	Impresso padronizado tipo: cartão. Aplicação: Cartão para controle de pressão arterial e Diabetes; Tamanho: 12x18,5 cm Material: Offset A4 180g Conforme Modelo fornecido pelo Departamento de Saúde.	0,17	850,00
11	100	UND	600891	Impresso Padronizado Material: Papel Offset Tipo: Ficha De Procedimentos De Enfermagem Gramatura: 56 G/M2 Comprimento: 280 cm Largura:18,5 cm Cor: 1/0 Características Adicionais 1: Margens De 5 Mm Quantidade Páginas: 100 folhas Picotado, respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde BLOCO COM 100 FOLHAS	12,65	1.265,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

12	5000	UND	600899	Cartão Material: Papel Cartolina Gramatura: 150 G/M2 Tamanho: 9,5X7,5 cm Tipo: Cartão de Vacinação Adulto Características Adicionais: Impressão Frente e Verso Ajustado a Dobradura Apresentação: Cor: Preto/Branco Aplicação: Cartão Campanha Nacional Vacinação Polio - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde.	0,09	450,00
13	2500	BL	443251	Impresso padronizado, material: papel sulfite, tipo: bloco picotado, cola no topo, gramatura: 75 g,m2, comprimento: 210 mm, largura: 145 mm, cor: 1,1, características adicionais: conforme modelo do órgão, aplicação: Aplicação: FICHA DE EVOLUÇÃO e FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÉUTICA respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de saúde. Bloco com 50 folhas cada.	9,30	23.250,00
14	700	UND	471580	Bloco Receituário Tipo Papel: Offset/Sulfite Cor: Branca Gramatura: 75 G/M2 Dimensões: 150 X 210 MM Quantidade Folhas: 50 UN. Tipo: 2 vias carbonadas Aplicação: Receituário Controle Especial Características Adicionais: Pautado, Cola Topo. Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Bloco com 50 folhas cada	9,92	6.944,00
15	250	UND	402358	Bloco Requisição Quantidade Vias: 3 UN Apresentação: Numerado, Com Impressão Do Brasão Do Órgão Quantidade Folhas: 50 X 3 UN Tipo Papel: Autocopiativo Cor: 1ª Via Branca, 2ª Via Rosa E 3ª Via Verde Gramatura: 53 G/M2 Comprimento: 205 MM Largura: 120 MM Características Adicionais: 1ª Transmissora(branca), 2ª Transmissora-Receptora (Amarela), 3ª Receptora (Verde) Aplicação: Blocos de Requisição/Combustível/Compras - respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde (200 UN) e Departamento de Agricultura (50 UN) Bloco com 50X3 Folhas cada. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.	15,86	3.965,00
16	100	UND	613272	Bloco Rascunho Material: Papel Tipo Papel: A4 Comprimento: 297 MM Gramatura: 75 G/M2 Quantidade Folhas: 50 por bloco Largura: 210 MM Tamanho: A4 Aplicação: Anotações Diversas Características Adicionais: Impressão 4/0 Cores, Conforme Modelo Aplicação: FICHA RESUMO SEMANAL SERVIÇO ANTIVETORIAL (PNCD), FICHA CLÍNICA DE ANIMAIS AGRESSORES(FCCA) e FICHA AUTO TERMO VIGILÂNCIA SANITÁRIA; conforme as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Bloco com 50 Folhas cada. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.	11,06	1.106,00
17	2000	UND	481199	Ficha Material: Papel Sulfite Cor: Branca Características Adicionais: A4 Tamanho:	0,14	280,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				16x10 cm Aplicação: Ficha visitas setor endemias, respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde.		
18	500	UND	354396	Ficha Material: Papel ofset/sulfite Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 297 MM Largura: 210 MM Cor: Branca Tipo: Com Pauta Características Adicionais: Impressão Frente E Verso. Aplicação: BOLETIM DE RECONHECIMENTO SETOR ENDEMIAS - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde/ Endemias	0,45	225,00
19	50	UND	391542	Bloco Rascunho Material ofset/sulfite Tipo: Com Pauta Tipo Papel: Apergaminhado Comprimento: 297 MM Gramatura: 75 G/M2 Quantidade Folhas: 100 Largura: 210 MM Aplicação: Ficha Resumo Diário Serviço Antivetorial PNCD, respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Cor: branca Características Adicionais: Pautado, Cola Topo., impressão frente e verso.	10,52	526,00
20	1000	UND	391542	Bloco Laudo Médico / Técnico Material: Papel Simples Gramatura: 75 G/M2 Impressão: Preta Frente Comprimento: 297 Largura: 210 MM Quantidade Folhas: 100 Finalidade: Ficha Boletim Atendimento Médico. Respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.	11,72	11.720,00
21	500	UND	481199	Ficha Material: Papel Sulfite Cor: Branca Características Adicionais: A4 Gramatura: 90gr Comprimento: 297 MM Largura: 210 MM Aplicação: Ficha Resumo do Reconhecimento PCFDA - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde	0,46	230,00
22	100	UND	203734	Bloco Formulário Comunicação Interna Material: Celulose Vegetal Tipo Papel: Auto Copiativo Apresentação: Pautado Cor: Branca Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 297 MM Quantidade Folhas: 50x2 Largura: 210 MM Aplicação: ATENDIMENTO AO SAMU – respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.	25,48	2.548,00
23	500	UND	600884	Impresso Padronizado Material: Papel Offset Gramatura: 75 G/M2 Quantidade Páginas: 50 Comprimento: 210 MM Cor: 1/0 Tipo: Ficha 4 - Odontologia Individual Largura: 297 MM Aplicação: Referência para TRATAMENTO DENTAL - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde.	8,86	4.430,00
24	100	UND	468734	Bloco Requisição Quantidade Vias: 1 UN Apresentação: Com Timbre e Impressão Conforme Modelo Do Órgão Quantidade Folhas: 50 UN Tipo Papel: Destacável Cor: Branca	10,20	1 020,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 255 MM Largura: 180 MM Características Adicionais: Com Capa E Contra Capa Material: Papel Ofsete Aplicação: FICHA DE RECLAMAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA - respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.		
25	700	UND	310833	Cartaz Material: Papel Ofset Gramatura: 120 G/M2 Quantidade Cores Impressão: 4/0 Tamanho: 45 X 64 CM Material: Papel Couchê (brilho e/ou fosco) Características Adicionais: Impressão Frente Colorida Aplicação: Cartazes informativos para ações Educação em Saúde/ Atenção Básica/Endemias/PAM - respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde (100 UN), Departamento de Cultura (500 UN), Departamento de Agricultura (30 UN) e Departamento de Assistência Social (30 UN) .	5,97	4.179,00
26	600	UND	430306	Caderno Material: Papel couchê 150gr Material Capa: Papel Cartão Duplex 250 G/M2 Quantidade Folhas: 64 FL Comprimento: 150 MM Largura: 210 MM Características Adicionais: Brochura, pautado, margeado, grampeado . Aplicação: Caderneta de Saúde (Menina e Menino) com 64 páginas, frente e verso, colorido, com acabamento dobra e grampo; respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde.	5,25	3.150,00
27	200	UND	607589	Lona Material: Lona Sintética (Front light) Aplicação: Banner Cor: Face Interna Branca Características Adicionais: Gramatura 280g/M², Ilhós, Trama 200×300 Comprimento: 1,50 M Largura: 0,90 M Acabamento em bainha reforçada, ilhós(anéis metálicos), bastão, ponteiros e cordão; com temáticas diferentes, sob demanda; conforme arte final fornecida pelos Departamentos de Saúde (150 UN), Agricultura (15 UN), Cultura (3 UN), Educação (10 UN) e Administrativo (10 UN)	72,78	14.556,00
28	70	UND	393355	Faixa Propaganda Material: Lona Vinílica Comprimento: 3,20 M Largura: 0,50M Características Adicionais: Impressão Digital Policromia/Acabamento C/ Bastões Acabamento: lona Front light 280g/m2 de 200×300 fios, impressão colorida de alta definição, acabamento em bainha reforçada, ilhós(anéis metálicos), bastão, ponteiros e cordão; com temáticas diferentes, sob demanda; conforme arte final fornecida pelos Departamentos de Agricultura (6 UN), Saúde (50 UN), Cultura (2 UN), Educação (10 UN) e Administrativo (2 UN.)	220,20	15.414,00
29	17000	UND	471404	Impresso Padronizado Material: Papel Couchê Tipo: Panfleto Gramatura: 90 G/M2 Comprimento: 210 M Largura: 148 MM Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Aplicação:	0,47	7.990,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				Divulgação de Campanha Complementação: Impressão 4/4 cores; Entrega de acordo com a demanda do órgão; provas por conta da gráfica, sob demanda; conforme arte final fornecida pelos Departamentos de Agricultura (1.000 UN), Saúde (5.000 UN), Cultura (2.000 UN), Educação (2.000 UN), Administrativo (500 UN) e Assistência Social (6.500 UN.)		
30	2500	UND	483836	Cartão Visita Material: Papel couche brilho Comprimento: 9 CM Altura: 5 CM Gramatura: 230 G Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Cor: 4/4 Layout fornecido pelo Depto de Assistência Social	0,34	850,00
31	400	UND	438849	Cartão Identificação Material: Couche brilho Comprimento: 120 MM Largura: 100 MM Tipo Impressão: 4/0 Cores Gramatura: 250 G/M2 características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Características Adicionais: Com Furos E Cordão, Cor: 4x0; Acabamento: Refile, 2 furos. Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Assistência Social	1,25	500,00
32	2000	UND	369198	Cartão-Convite Material: Papel Couchê Altura: 19 CM Largura: 24 CM Gramatura: 250 G/M2 Acabamento: Refile. Entrega de acordo com a demanda do órgão; Arte final fornecida pelo Departamento de Assistência Social (CRAS/CREAS).	0,93	1.860,00
33	100	UND	284098	Cartazes em geral Cartaz Material: Papel Couchê brilho Gramatura: 115 G/M2 Quantidade Cores Impressão: 4/0 Tamanho: 45 X 32 CM Arte final fornecida pelo Departamento de Assistência Social (CRAS/CREAS).	4,36	436,00
34	500	UND	228693	Bloco com 50 folhas pautadas cada, TAMANHO: 15x21cm (150x210mm). MATERIAL: miolo sulfite fosco 63g/m², capa e contracapa reciclado 75g/m². ACABAMENTO: bloqueado com cola vermelha no lado menor. COR: branca. LAYOUT conforme as especificações do Departamento de Educação	4,16	2.080,00
35	1500	UND	439776	Cartão Identificação Material: Cartão Em Pvc Branco Comprimento: 540 MM Largura: 865 MM Aplicação: Confecção Crachás Carteira Estudantil de PVC 0,76mm fosco, com foto, Frente colorido 4x4, verso preto e branco. ACABAMENTO: cantos arredondados. LAYOUT conforme as especificações do Departamento de Educação	7,83	11.745,00
36	3000	UND	476714	Confecção Pasta - Arquivo / Processo Pasta individual arquivo estudantil, sulfite (papel cartão) 240gr, cor branco, tamanho: 54,5x37 cm aberta, com 2 vincos, impresso em uma cor, conforme layout fornecido pelo Departamento de Educação	2,89	8.670,00
37	50	UND	12866	Encadernação /Desencadernação - Livro / Revista (Folhas soltas) Serviços de Encadernação de Atos Oficiais (Leis,	97,93	4.896,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				<p>Decretos Portarias, Editais, etc.) expedidos entre 2020 a 2023 agrupados em volumes com as seguintes especificações: cada volume com 100 a 400 folhas tamanho ofício em refil: capa dura (papelão sola média resistente liso) revestida em percalux nas cores preta, vermelha e azul (padrões já utilizadas em volumes de anos anteriores) e dimensões até 22x31,5 cm, com gravação das letras em dourado na capa e lombada: folhas guarda com papel 120g (no início e final do volume), costura com reforço no dorso do livro, cola branca sintética sem cheiro, lombadas reforçadas, reforço com tecido na parte interna e acabamento de cabeceado. Os volumes a serem encadernados deverão ser RETIRADOS e ENTREGUES no Setor de Redação, localizado na Praça do Café, nº 22, Centro - Jandaia do Sul/PR, através de termo de responsabilidade.</p> <p>Obs. Os interessados poderão vistoriar o material a ser encadernado, no Setor de Redação, para tomar ciência do modelo de encadernação que atende os requisitos especificados existentes no Município.</p>		
38	8000	UND	9997	<p>Gráfico - Formulários Contínuos - FORMULÁRIO DE NOTA FISCAL DEPRODUTOR RURAL EM 5 VIAS, TAMANHO 24X28 CM, PAPEL AUTOCOPIATIVO COM AS VIAS APRISIONADAS ATRAVÉS DE FITAS ADESIVAS FLEX, CONFORME ORDEM A SEGUIR: 1 VIA NA COR PRETA - DESTINATÁRIO; 5 VIA NA COR VERDE - EMITENTE (MUNICÍPIO); 2 VIA NA COR VERDE - ARQUIVO FISCAL; 3 VIA NA COR AZUL - FISCO DESTINO; 4 VIA NA COR VERMELHA - FISCO ORIGEM.)</p> <p>Armazenado em caixas com 500 UN (16 cx com 500 formulários) respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Fomento à Agropecuária e Meio Ambiente.</p>	1,57	12.560,00
39	1000	UND	485639	<p>Impresso Padronizado Material: Papel Ofsete Tipo: Livreto Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 200 MM Largura: 153 MM Características Adicionais: Acabamento Com Grampos</p> <p>Aplicação: Cartilha Quantidade Páginas: 4 a 8 páginas Capa: Papel Couchê Fosco, Gramatura 180 G.M2, 4.4 Cores Aplicação: Cartilha orientativa - BEM ESTAR ANIMAL</p> <p>-Formato 200 x 306mm aberto - ?Acabamento dobra e grampo - cores 4 x 4</p> <p>Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Fomento à Agropecuária e Meio Ambiente.</p>	4,14	4.140,00
40	8000	UND	485745	<p>Impresso Padronizado Material: Papel Ap Tipo: Folder Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 420 MM Largura: 297 MM Cor: 4/4 Características Adicionais: 2 Dobras, 3 Colunas</p>	0,51	4.080,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				Aplicação: Divulgação Institucional Folder c/ duas dobras (três faces) Aplicação: Campanha Coleta Seletiva. Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Fomento à Agropecuária e Meio Ambiente.		
41	17000	UND	18422	Gráfico - Impressos/ Plastificação/ Acabamentos Carnê de IPTU 21x10 cm; Capa: 21x10 cm; 1x1 em color plus verde 75g; Contra capa: 21x10 cm; 1x0 em color plus verde 75g; Miolo: 9 folhas; 21x10 cm, 1x0 cor em papel sulfite 75g; refilado, intercalado, lombada e grampeado. Un	1,49	25.330,00
42	100	UND	449495	Impresso Padronizado Material: Papel Auto copiativo Tipo: Bloco50 X 2 Colado, Intercalado, Picotado Gramatura: 56 G/M2 Comprimento: 320 MM Largura: 220 MM Cor: 1ª Via Branca E 2ª Via Amarela Características Adicionais: Impressão: 1x0 (Conforme Modelo) Quantidade Páginas: 50X2 RAS SAMU - RELATORIO DE ATENDIMENTO DO SOCORRISTA - blocos 2 vias - papel auto copiativo (químico) - medida 22x32cm. Bloco	8,68	868,00
43	200	UND	452344	Carimbo auto-entintado tamanho 3.6 x 1.2	68,25	13.650,00
						Total: 214.759,50

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT e a do Termo de Referência/Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência/Edital.

O quantitativo apresentado no respectivo ETP foi estabelecido a partir do histórico de consumo dos itens e a demanda das unidades solicitantes, levando em consideração a sua projeção média futura, para atender às necessidades dos Departamentos Municipais.

A pesquisa de preços se encontra detalhada no item 8 deste ETP.

6 –JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Considerando o fato de se tornar inviável operacionalmente a aquisição de todos os bens de uma só vez, uma vez que a demanda não é sazonal, bem como a necessidade de contratações frequentes, a previsão de entregas parceladas, a impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração e levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a aquisição através de Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços, que se caracteriza pelo conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras.

A licitação será regida pela modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, tomando como parâmetro legal:

- Lei nº. 14.133/2021, atualizada, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional de Microempresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

e Empresa de Pequeno porte.

De acordo com a Lei 14.133/2021, para a aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade a ser praticada deverá ser o Pregão, sendo a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado – inciso XLI do artigo 6º da Lei 14.133/2021”.

Ainda, seguindo orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná definida no Acórdão nº 2605/18 - Tribunal Pleno, no intuito de garantir o cumprimento dos princípios constitucionais que regem as modalidades licitatórias e ampliar a competitividade, transparência, publicidade e eficiência deste certame, será adotada a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO.

A adoção desta modalidade traz inúmeras vantagens à Administração Pública, entre elas: o potencial aumento da competitividade do certame, já que interessados que estejam localizados em qualquer lugar do país podem participar de forma remota; possível ampliação do número de participantes, o que estimula a concorrência; a impessoalidade do procedimento, visto que os competidores participam do pregão de forma anônima; mais transparência e segurança, pois a maior parte dos atos da licitação é registrada automaticamente pelo sistema, evitando-se erros e falta de publicidade dos atos praticados pela Administração.

6.2 – Justificativa para Benefício Empresa Locais:

Justificativa que fundamenta a abertura de Procedimento Licitatório com aplicação do Benefício constante do §3º, Artigo 48 da LC nº 123/06 e art. 1º, inciso I e II, do Decreto Municipal nº 7936/2022 e Prejulgado nº 027 – TCE/PR, uma vez que o objeto a ser contratado em primeira análise apresenta indícios de ser possível tal aplicação.

A preocupação do Administrador é sempre encontrar o correto amparo legal para aplicação dos referidos benefícios sem que isso possa infringir as normas vigentes aplicadas nos procedimentos Licitatórios.

Inicialmente podemos comprovar com texto constante da Constituição Federal mais precisamente nos Art.170,inciso IX e também o Art.179,vejamos:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IX - Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Art.179.A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”.(Grifonosso)

No artigo 146, III, alínea “d”, da CF o qual determina que o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno portes era regulamentado por Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Art.146.Cabe à lei complementar:

I-...;

II -...;

III-estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:a)...

b)...

c)...

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para aempresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art.155,II, das contribuições previstas no art.195, le§§12e13, e da contribuição a que se refere o art. 239. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de19.12.2003)

A Lei Complementar prevista na Constituição Federal é a Lei Complementar Federal n 123/2006 e a Nível Municipal o Decreto Municipal nº 7936/2022. Além de regulamentares a Constituição Federal, tem por escopo dar tratamento jurídico diferenciado à essas empresas, o qual guarda, ainda, perfeita consonância com os princípios norteadores do direito, em especial da isonomia, imparcialidade, moralidade e equidade, bem como, em consonância como entendimentos do órgão fiscalizador,qual seja, o Prejulgado nº027–TCE/PR.

O regime foi criado para diferenciar, em iguais condições estes fornecedores, justamente com intuito de fomentar a economia, já que essas empresas representam mais de um quarto do Produto/Serviço Interno Brasileiro (PIB), o que equivale a (27%) e mais da metade dos empregos com carteira assinada (52%).¹

Portanto precisamos avaliar se existem requisitos e quais requisitos são estes para que os benefícios constantes na referida legislação possam ser aplicados.

Neste sentido é necessário trazer para a análise os artigos que tratam do assunto, ou seja, artigos relacionados aos benefícios que estão sendo propostos.

LC123/2006.

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional,federal, estadual e municipal, **deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado** para as microempresas e empresas de pequeno porte **objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.**(Grifonosso)

Parágrafoúnico.No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresaeempresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.(Grifonosso)

Nesse íterim vale ressaltar que a Legislação Federal determina a obrigatoriedade da aplicação do tratamento diferenciado, quando determina (**deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado**), porém, requer que os procedimentos demonstrem atender à objetivos, ou seja, requisitos específicos para aplicação dos benefícios às MPEs.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Vale destacar que a Lei Complementar Federal no mesmo Artigo, mais precisamente no seu Parágrafo Único, abre a possibilidade do ente Federado, Estado, Distrito Federal ou Município elaborar Lei própria regulamentando mais beneficentemente as MPEs.

Para entendermos esse tratamento devemos analisar o Artigo 48 do mesmo dispositivo que determina o seguinte:

Art.48. Para o cumprimento do disposto no art.47 desta Lei Complementar, a administração pública:

- I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$80.000,00(oitenta mil reais);
- II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigidos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- §2º Na hipótese e do inciso II do 'caput' deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.
- § 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Uma vez esclarecido o que se considera como tratamento diferenciado e simplificado que daqui por diante trataremos como benefício passamos a justificar a possibilidade de aplicarmos o §3º do Art. 48 da Lei Complementar Federal 123/2006.

Diante de diversos entendimentos e questionamentos levados ao TCE/PR sobre qual benefício seria possível aplicarem benefício as MPEs Locais o TCE/PR aprovou através do **Acórdão 2122/2019**, entendimento de como aplicar os benefícios constante do §3 do artigo 48 da Lei Complementar Federal 123/2006 às MPEs Locais ou Regionais.

No tocante a aplicação deste benefício em 2016 o TCE/PR já tinha se manifestado através da Consulta 88.672/15, que resultou o Acórdão 877/16 do Tribunal Pleno, sobre a possibilidade de beneficiar as empresas Locais com pagamento superior em até 10% sobre o melhor preço válido, vejamos citação constante do Acórdão 2122/19.

Com efeito, o art.48, §3º da Lei Complementar n.º 123/06 tem suscitado diversos entendimentos. No âmbito desta Corte de Contas, destacamos o processo de **Consulta nº 88.672/15, de relatoria do Cons. Nestor Baptista, quer e sulto una prolação do Acórdão n.º 877/16, do Tribunal Pleno**, que, dentre outros esclarecimentos, posicionou-se "pela possibilidade da Administração, nas licitações, pagar à pequena ou microempresa preço desde que previsto no ato convocatório, justificadamente, e se este valor for compatível com a realidade do mercado."



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Se não bastasse a lei trazer a necessidade do ente licitador atender e cumprir diversos requisitos para poder aplicar o tratamento diferenciado, trouxe no Art. 49 algumas regras de quando não se pode aplicar tais benefícios, vejamos:

Art.49. Não se aplica o disposto nos arts.47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I-(Revogado);

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III- o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts.24 e 25 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art.24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art.48.

Quanto à participação das MPE's nas contratações públicas, o artigo 5º-A da Lei 8.666/93 assevera que "as normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei".

Portanto, esses benefícios têm por finalidade promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, fomentando a relação comercial entre o Poder Público e as MPE's como estratégia para o crescimento dessas últimas, e, são normas cogentes e auto aplicáveis, ou seja, são de observância obrigatória e prescindem de regulamentação ulterior, salvo se houver regulamentação local mais favorável (parágrafo único do art.47 da LC123/2006).

Colaciona-se a seguinte orientação da AGU:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA CJU-MGNº60, DE 22 DE JANEIRO DE 2010

4.1.3) A expressão "local" pode ser interpretada como a correspondente ao Município ao qual se encontra sediado o órgão assessorado;

Isto posto, resta esclarecido o que significa **tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individual**, bem como os requisitos necessários a aplicação dos benefícios atendendo aos preceitos legais, passaremos a demonstrar e comprovar que o Município atende a todos os requisitos previstos na Legislação que possibilitam a aplicação dos referidos benefícios, vejamos:

Existência de no mínimo 03 (Três) Microempresas Locais ou Regionais aptas a participação na Licitação:

Este é o primeiro requisito a ser cumprido para que possamos definir a base territorial do benefício a ser aplicado, se Local ou Regional.

Vale Lembrar que o TCE/PR através do Acórdão 877/2016 apresentou entendimento referente ao constante no Art.49, II e que apresentamos a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

“Como se verificar o cumprimento da condição prevista no artigo 49 II, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, requisito indispensável ao emprego das licitações diferenciadas: A verificação do cumprimento da condição prevista no artigo 49, II, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, requisito indispensável ao emprego das licitações diferenciadas, pode ser realizada com base em critérios discricionários estabelecidos pelo Município, sem pretendo em vista a análise dos custos e benefícios dos parâmetros a serem empregados. Com o escopo de minimizar riscos de falhas na pesquisa de mercado, recomenda-se que inicialmente seja efetuada uma busca nos dados internos do próprio Município, com ênfase ao registro cadastral e aos dados de empresas que participaram de licitações prévias para o mesmo objeto ou para objetos semelhantes. Ademais, deve o ente complementar a investigação, buscando informações atualizadas, podendo utilizar, exempli gratia, informações constantes em alvarás de licença para localização e funcionamento, dados perante a junta comercial, sindicatos ou associações, assim como questionamentos a alguma microempresa ou empresas de pequeno porte local ou regional se existem outras potenciais participantes da licitação.”

O Acórdão 2122/2019 também fez referência ao assunto, vejamos:

Ressalta-se que a incidência dos benefícios previstos nos artigos 47 e 48, do cita do Estatuto, devem, em todos os casos, observar as regras definidas pelo artigo 49, da mesma norma 5, quais sejam:

- a) Presença de no mínimo, 3(três) fornecedores competitivos classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente, que possam atender às exigências do ato convocatório;**
- b) Não se aplicam aos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, exceto nos casos previstos nos incisos I e II do artigo 24, da Lei 8.666/93; e,**
- c) Não se aplicam, quando fordes vantajoso à Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexodo objeto a ser contratado.**

Em pesquisa a procedimentos licitatórios de anos anteriores e também junto a cadastros no Município destacamos existir empresas cadastradas como MPEs e com CNAE que atende ao objeto deste procedimento, as quais foram pesquisa das e conferidas pela Gerente Compras e Licitações.

Diante dessa evidência e com base no contido do Acórdão 877/16 do TCE/PR que passamos a transcrever resta comprovado a possibilidade de realizar procedimento com prioridade regional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

“Uma interpretação literal da Lei nº 123/2006, faz crer que não é necessária a efetiva participação de no mínimo 3(três) empresas de pequeno portes e dia das local ou regionalmente e que sejam capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, mas simplesmente que existamos três fornecedores competitivos enquadrados nas exigências legais.”

Portanto neste procedimento sugerimos que a base territorial para aplicação do benefício constante do §3º do Art. 48, seja as empresas localizadas no município. Ao verificar o cadastro municipal, é possível observar a existência de no mínimo 03(três) fornecedores enquadrados como MPEs com sede do município de Jandaia do Sul e aptas a fornecerem para o Município.

As empresas locais levantadas pela Gerencia de Licitação e Compras estão enquadradas como MPEs cadastradas no município, seja no cadastro de Licitação ou de Alvará, assim comprovando existir o mínimo de empresas necessárias a poder definir a abrangência territorial, porém, para que não haja nenhuma dúvida ou questionamento no cumprimento do referido requisito.

Portanto, se na fase de planejamento e preparação da licitação foi constatada a ocorrência da possibilidade de parcelamento do objeto licitado, nos moldes acima apresentados, e for aferida a existência de no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como MPE sediados local ou regionalmente e capazes de cumpriras exigências estabelecidas no instrumento convocatório, a Administração Pública deverá prever no edital da licitação a participação exclusiva de MPE para os itens ou lotes cujos valores estimados situam-se no intervalo monetário de até R\$80.000,00.

Dessa forma, se a licitação contiver itens ou lotes de valores estimados em até R\$ 80.000,00 e, também, itens ou lotes de valores estimados acima desse intervalo de valor, o edital do certame poderá ser único, desde que se faça a distinção devida. Ou seja, deverá ser expressamente evidenciado os itens e lotes exclusivos para MPE e aqueles destinados às empresas em geral.

6.3 –AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Considerando que o Município de Jandaia do Sul, tem criado regulamentação fundamentada na Lei Complementar Federal 123/2006 e com o intuito de promover Políticas Públicas para amparar a aplicação do tratamento diferenciada esimplificado para as MPE's Locais ou Regionais, conforme oportunamente o procedimento Licitatório permitir, e com isso proporcionar o desenvolvimento econômico Local ou da Região, que tem sofrido muito nos últimos anos com desemprego, que da de arrecadação e etc., conforme consultas nos órgãos de estáticas e pesquisas.

Considerando ainda, a vontade do Poder Executivo em desenvolver com excelência o programa de incentivo e promoção das MPE's, no intuito de fomentar o comércio Local, através do Poder das Compras Públicas visto que o Orçamento do Município é um dos maiores volumes de recursos que circulam dentro do território municipal, seja com salários de servidores ou com compras nos comércios locais e, que ultimamente tem perdido parte de sua receita em comércios de cidades maiores.

Considerando que o Programa de apoio as MPE's somente alcançará seus objetivos se de um lado o Município fiz era sua parte, e de outro os empresários locais participarem dos procedimentos, para isso foi iniciado estudos através do planejamento das



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

compras em busca de melhorar as contratações e incentivar a participação de todas as empresas existentes, seja local ou regional.

Diante do acima exposto com fundamento no Decreto Municipal nº 7936/2022, podemos afirmar que tem os uma Política Pública voltada ao desenvolvimento econômico e social no Município de Jandaia do Sul, baseado no poder das compras públicas, fato que nos possibilita a aplicar o tratamento diferenciado simplificado as MPEs Locais ou Regionais no intuito de dar eficiência a esta política pública implementada, pensando no especial desenvolvimento de toda população Jandaienses.

Nestes termos, apresentamos a presente JUSTIFICATIVA para que à realização de licitação para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene, seja realizada com aplicação do benefício contido no §3º, Artigo 48 da LCnº 123/06, Decreto Municipal nº 7936/2022 e Prejulgado nº 027-TCE/PR, ou seja, com a **exclusividade para participação de empresas sediadas no município de Jandaia do SUL, desde que enquadradas como MPE's.**

6.4 – Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é aquisição por meio de Pregão Eletrônico para registro de preços, com possibilidade de prorrogação do registro de preços, julgamento por item e que a licitação contemple os benefícios às MEPs locais, sendo exclusiva para empresas localizadas no município de Jandaia do Sul.

7 – JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DE PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS:

Foi adotado o formato do pregão para registro de preços por se tratar de um procedimento que proporciona atender o interesse público com celeridade e eficiência, pois durante a validade da ata de registro de preços, é possível exigir que o particular detentor da ARP celebre o contrato na medida em que a administração necessitar, pelo preço registrado em ata, de acordo com a real necessidade, proporcionando a faculdade na aquisição do objeto licitado, flexibilizando as despesas de acordo com a devida adequação aos recursos disponíveis e visto que bens e serviços comuns são produtos/serviços cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitam de avaliação minuciosa e são encontrados facilmente no mercado, como ocorre no presente processo. A adoção da modalidade de registro de preço é necessária como pressuposta da efetivação do princípio da economicidade, tendo em vista que a aquisição é estimativa, uma vez que o consumo é variável com base na demanda de cada produto/serviço. A existência de Preços Registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições conforme o Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023. A ata de registro de preço possui vigência de 12 meses o que reduz a quantidade de processos licitatórios gerando economia para o município e garante uma constância no atendimento ao contribuinte.

Esta modalidade também facilita o trabalho de planejamento orçamentário das unidades, possibilitando uma melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício. No âmbito municipal o Decreto nº 8499/2023 regulamenta o Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

8 – ESTIMATIVAS PRELIMINARES DOS PREÇOS:

8.1 – Preliminarmente, baseados em pesquisa de preços de acordo com o Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021, estimamos em R\$ 214.759,50 (duzentos e quatorze mil setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) o valor de referência da contratação ora pretendida.

8.2 – Para pesquisa de preços, deve-se observar a realidade de valores no mercado atual, respeitando as peculiaridades do objeto, toma-se como base o Art 23 da Lei 14.133/2021, em que discorre sobre os parâmetros para determinar o valor estimado.

8.3 – Amparado pela normativa acima citada, esse departamento buscou fontes de preços com empresas do ramo pertinente ao objeto, preços constantes de bancos de dados públicos através de contratações de outros municípios e base nacional de notas fiscais eletrônicas.

8.4– As empresas que colaboraram com orçamento efetivamente foram:

BOLAX PUBLICIDADE LTDA
REGINALDO MUNHOS BRISCHILIARI
LOPES & GREGORATO LTDA

CNPJ: 11.282.281/0001-39
CNPJ: 74.041.625/0001-38
CNPJ: 33.589.148/0001-62

8.5 – Para a presente formação de cesta de preços, foram adotadas as seguintes fontes:

1. CONTRATAÇÕES SIMILARES
2. PAINEL DE PREÇOS
3. BLL
4. PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
5. TCE PARANÁ
6. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CGU – NFE
7. PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL
8. BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

8.6– Responsáveis pelas Pesquisas de preços: Larissa Fernanda Trovilho.

9 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

O parcelamento se justifica tendo em vista a necessidade de realizar a aquisição através de itens independentes, com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação – propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição, o que exige a escolha da solução mais adequada e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa. A escolha da licitação por itens se torna mais viável neste caso, pois não há perda de escala ao dividir a solução e haverá o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução.

10 – RESULTADOS PRETENDIDOS:

A solução deverá permitir o alcance dos seguintes resultados:

- a) Que seja formalizado o registro de preços visando à contratação de Serviços Gráficos, com fornecimento de materiais de impressão, confecção, personalizados e mão de obra afim de atender as demandas dos Departamentos e Setores desta municipalidade no período de 12 (doze) meses;
- b) Atender com eficiência as constantes demandas do Departamento Municipais;
- c) Que os produtos sejam entregues no prazo estabelecido pela Administração Pública Municipal;
- d) Com a realização da aquisição, através de pregão eletrônico, pretende-se alcançar maior número de fornecedores, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, além de evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato, condições e qualidade do objeto adquirido, obter propostas efetivamente vantajosas, evidenciando, a melhor utilização dos recursos que lhe são disponibilizados, visando atender as ações anuais desenvolvidas pela administração municipal, que são ofertadas à sociedade.
- e) Evitar compras frustradas ou ainda sem o padrão de qualidade exigido, assim entendidas aquelas que se inviabilizam ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos à medida que promove uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos.
- f) Fornecimento dos materiais pelo período de 12 (doze) meses;
- g) Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
- h) Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa gerar desgaste ou custos para este município;
- i) Evitar a realização de várias contratações referentes a um mesmo objeto, num mesmo exercício financeiro, visto que a vigência do registro de preços é para 12 meses;
- j) Dotar sempre a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul da infraestrutura física adequada para a prestação jurisdicional.

11 – PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO:

Logística:

Não há necessidade de adequação logística.

Infraestrutura tecnológica:

Não há necessidade de adequação na infraestrutura tecnológica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

Infraestrutura elétrica:

Não há necessidade de adequação na infraestrutura elétrica.

Espaço físico:

Não há necessidade de adequação no espaço físico.

Mobiliário:

Não há necessidade de adequação de mobiliário.

Impacto ambiental:

Os impactos ambientais são qualquer modificação no meio ambiente para realização de alguma atividade e que podem ser auferidos através da contratação e prestação dos serviços gráficos, objeto do presente documento.

O fornecimento do serviço deverá estar de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental, previsto no art. 144 da Lei 14.133/2021.

12 – CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, SE CABÍVEL:

As práticas de sustentabilidade devem ser observadas pela contratada:

a) Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

I – Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

II - Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

13 – CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE, SE CABÍVEL:

Não se aplica.

14 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

15 –VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, referente a contratação de Serviços Gráficos, com fornecimento de materiais de impressão, confecção, personalizados e mão de obra afim de atender as demandas dos Departamentos e Setores desta municipalidade no período de 12 (doze) meses, através da realização de Pregão Eletrônico, para registro de preços, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL LICITANTE VENCEDOR;

(Razão Social, endereço, e-mail, telefone, CNPJ e Inscrição estadual)

Local e Data.....

Edital de Pregão, na forma Eletrônica, nº. 62/2024

Descrição do Objeto: Registro de preços visando a contratação de Serviços Gráficos, com fornecimento de materiais de impressão, confecção, personalizados e mão de obra afim de atender as demandas dos Departamentos e Setores desta municipalidade no período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	QUANT.	UN.	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
1.	700	UND	448281	Bloco Notificação Material: Papel Super Bond Tipo Impressão: 1/0 - Cor: Azul Tamanho: 210 X 75 MM ou 12x20 CM Aplicação: Notificação De Receita "B" Características Adicionais: Numerado, Picotado, Impressão Preta; Quantidade: Bloco 50 FLS. Conforme Modelo fornecido pelo Departamento de Saúde.		
2.	200	UND	335613	Bloco Receituário Médico Material: Ofsete Gramatura: 56 G/M2 Comprimento: 210 MM Quantidade Folhas: 50 UN Largura: 150 MM Características Adicionais: Impressão Na Cor Preta De Arte Padrão, 50 Folhas. Quantidade: Bloco 50 FLS. Colagem no topo, Conforme Modelo fornecido pelo Departamento de Saúde.		
3.	5000	UND	311435	Ficha Material: Cartolina Gramatura: 180 G/M2 Comprimento: 220 MM Largura: 110 MM Cor: Verde Aplicação: Cartão de Planejamento Familiar; Cartão Fonoterapia; Identificação/Agendamento Psicológico - Respeitando as orientações e layout fornecidos pelo Departamento de Saúde.		
4.	200	BL	452550	Impresso padronizado, material: papel sulfite, tipo: bloco picotado, cola no topo, gramatura: 75 g,m2, comprimento: 210 mm, largura: 145 mm, cor: 1,1, características adicionais: conforme modelo do órgão, aplicação: Aplicação: FICHA DE EVOLUÇÃO e FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÉUTICA respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de saude. Bloco com 50 folhas cada.		
5.	1000	UND	473490	Pasta arquivo, material: papel cartão, largura: 23 + 23 cm, largura total: 46 cm altura: 32,5 cm, gramatura: 250 g,m2, aplicação: arquivo de documento, impressão: 1/0. Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo departamento de saude e setor de protocolo. UNIDADE		



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

6.	1000	UND	472837	Envelope, material: offset, modelo: saco padrão, tamanho (c x l): 240 x 340 mm, cor: branco, gramatura: 75 g,m2. respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saude . UNIDADE		
7.	2000	UND	473495	Envelope, material: offset, modelo: ofício, tamanho (c x l): 160 x 220 mm, cor: branco, gramatura: 90 g,m2. Impresso em cor 1,0, respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento Administrativo (1000 UN) e Saude (1000 UN). UNIDADE		
8.	1500	UND	447695	Pasta eventos, material: papel supremo, altura: 460 mm, gramatura: 300 g,m2, largura: 410 mm, acabamento: corte,vinco, laminação fosca, verniz uv, formato: aberta com bolsa de: 230 x 309 mm, cor impressão: 4,0, características adicionais 1: conforme modelo do órgão. Impresso em uma cor, respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de saude (1000 UN), Departamento administrativo (200 UN) e assistencia social (300 UN). UNIDADE		
9.	100	UND	335613	Bloco Receituário Médico Material: Ofsete Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 210 MM Quantidade Folhas: 50 UN Largura: 150 MM Características Adicionais: Impressão Na Cor Preta De Arte Padrão, 50 Folhas Conforme Modelo fornecido pelo Departamento de Saúde. Bloco com 50 folhas		
10	5000	UND	485413	Impresso padronizado tipo: cartão. Aplicação: Cartão para controle de pressão arterial e Diabetes; Tamanho: 12x18,5 cm Material: Offset A4 180g Conforme Modelo fornecido pelo Departamento de Saúde.		
11	100	UND	600891	Impresso Padronizado Material: Papel Offset Tipo: Ficha De Procedimentos De Enfermagem Gramatura: 56 G/M2 Comprimento: 280 cm Largura:18,5 cm Cor: 1/0 Características Adicionais 1: Margens De 5 Mm Quantidade Páginas: 100 folhas Picotado, respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde BLOCO COM 100 FOLHAS		
12	5000	UND	600899	Cartão Material: Papel Cartolina Gramatura: 150 G/M2 Tamanho:9,5X7,5 cm Tipo: Cartão de Vacinação Adulto Características Adicionais: Impressão Frente e Verso Ajustado a Dobradura Apresentação: Cor: Preto/Branco Aplicação: Cartão Campanha Nacional Vacinação Polio - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde.		
13	2500	BL	443251	Impresso padronizado, material: papel sulfite, tipo: bloco picotado, cola no topo, gramatura: 75 g,m2, comprimento: 210 mm, largura: 145 mm, cor: 1,1, características adicionais: conforme modelo do órgão, aplicação: Aplicação: FICHA DE EVOLUÇÃO e FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÉUTICA respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de saude. Bloco com 50 folhas cada.		
14	700	UND	471580	Bloco Receituário Tipo Papel: Offset/Sulfite Cor: Branca Gramatura: 75 G/M2 Dimensões: 150 X 210 MM Quantidade Folhas: 50 UN.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				<p>Tipo: 2 vias carbonadas Aplicação: Receituário Controle Especial Características Adicionais: Pautado, Cola Topo. Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Bloco com 50 folhas cada</p>		
15	250	UND	402358	<p>Bloco Requisição Quantidade Vias: 3 UN Apresentação: Numerado, Com Impressão Do Brasão Do Órgão Quantidade Folhas: 50 X 3 UN Tipo Papel: Autocopiativo Cor: 1ª Via Branca, 2ª Via Rosa E 3ª Via Verde Gramatura: 53 G/M2 Comprimento: 205 MM Largura: 120 MM Características Adicionais: 1ª Transmissora(branca), 2ª Transmissora-Receptora (Amarela), 3ª Receptora (Verde) Aplicação: Blocos de Requisição/Combustível/Compras - respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde (200 UN) e Departamento de Agricultura (50 UN) Bloco com 50X3 Folhas cada. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.</p>		
16	100	UND	613272	<p>Bloco Rascunho Material: Papel Tipo Papel: A4 Comprimento: 297 MM Gramatura: 75 G/M2 Quantidade Folhas: 50 por bloco Largura: 210 MM Tamanho: A4 Aplicação: Anotações Diversas Características Adicionais: Impressão 4/0 Cores, Conforme Modelo Aplicação: FICHA RESUMO SEMANAL SERVIÇO ANTIVETORIAL (PNCD), FICHA CLÍNICA DE ANIMAIS AGRESSORES(FCCA) e FICHA AUTO TERMO VIGILÂNCIA SANITÁRIA; conforme as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Bloco com 50 Folhas cada. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.</p>		
17	2000	UND	481199	<p>Ficha Material: Papel Sulfite Cor: Branca Características Adicionais: A4 Tamanho: 16x10 cm Aplicação: Ficha visitas setor endemias, respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde.</p>		
18	500	UND	354396	<p>Ficha Material: Papel ofset/sulfite Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 297 MM Largura: 210 MM Cor: Branca Tipo: Com Pauta Características Adicionais: Impressão Frente E Verso. Aplicação: BOLETIM DE RECONHECIMENTO SETOR ENDEMIAS - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde/ Endemias</p>		
19	50	UND	391542	<p>Bloco Rascunho Material ofset/sulfite Tipo: Com Pauta Tipo Papel: Apergaminhado Comprimento: 297 MM Gramatura: 75 G/M2 Quantidade Folhas: 100 Largura: 210 MM Aplicação: Ficha Resumo Diário Serviço Antivetorial PNCD, respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Cor: branca Características Adicionais: Pautado, Cola Topo., impressão frente e verso.</p>		
20	1000	UND	391542	<p>Bloco Laudo Médico / Técnico Material: Papel Simples Gramatura: 75 G/M2 Impressão: Preta Frente Comprimento: 297</p>		



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				Largura: 210 MM Quantidade Folhas: 100 Finalidade: Ficha Boletim Atendimento Médico. Respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.		
21	500	UND	481199	Ficha Material: Papel Sulfite Cor: Branca Características Adicionais: A4 Gramatura: 90gr Comprimento: 297 MM Largura: 210 MM Aplicação: Ficha Resumo do Reconhecimento PCFDA - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde		
22	100	UND	203734	Bloco Formulário Comunicação Interna Material: Celulose Vegetal Tipo Papel: Auto Copiativo Apresentação: Pautado Cor: Branca Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 297 MM Quantidade Folhas: 50x2 Largura: 210 MM Aplicação: ATENDIMENTO AO SAMU – respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.		
23	500	UND	600884	Impresso Padronizado Material: Papel Offset Gramatura: 75 G/M2 Quantidade Páginas: 50 Comprimento: 210 MM Cor: 1/0 Tipo: Ficha 4 - Odontologia Individual Largura: 297 MM Aplicação: Referência para TRATAMENTO DENTAL - respeitando as orientações e layout fornecido pelo Departamento de Saúde.		
24	100	UND	468734	Bloco Requisição Quantidade Vias: 1 UN Apresentação: Com Timbre e Impressão Conforme Modelo Do Órgão Quantidade Folhas: 50 UN Tipo Papel: Destacável Cor: Branca Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 255 MM Largura: 180 MM Características Adicionais: Com Capa E Contra Capa Material: Papel Ofsete Aplicação: FICHA DE RECLAMAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA - respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde. Características Adicionais: Pautado, Cola Topo.		
25	700	UND	310833	Cartaz Material: Papel Ofset Gramatura: 120 G/M2 Quantidade Cores Impressão: 4/0 Tamanho: 45 X 64 CM Material: Papel Couchê (brilho e/ou fosco) Características Adicionais: Impressão Frente Colorida Aplicação: Cartazes informativos para ações Educação em Saúde/ Atenção Básica/Endemias/PAM - respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde (100 UN), Departamento de Cultura (500 UN), Departamento de Agricultura (30 UN) e Departamento de Assistência Social (30 UN)		
26	600	UND	430306	Caderno Material: Papel couchê 150gr Material Capa: Papel Cartão Duplex 250 G/M2 Quantidade Folhas: 64 FL Comprimento: 150 MM Largura: 210 MM Características Adicionais: Brochura, pautado, margeado, grampeado . Aplicação:		



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				Caderneta de Saúde (Menina e Menino) com 64 páginas, frente e verso, colorido, com acabamento dobra e grampo; respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Saúde.		
27	200	UND	607589	Lona Material: Lona Sintética (Front light) Aplicação: Banner Cor: Face Interna Branca Características Adicionais: Gramatura 280g/M², Ilhós, Trama 200×300 Comprimento: 1,50 M Largura: 0,90 M Acabamento em bainha reforçada, ilhós(anéis metálicos), bastão, ponteiros e cordão; com temáticas diferentes, sob demanda; conforme arte final fornecida pelos Departamentos de Saúde (150 UN), Agricultura (15 UN), Cultura (3 UN), Educação (10 UN) e Administrativo (10 UN)		
28	.70	UND	393355	Faixa Propaganda Material: Lona Vinílica Comprimento: 3,20 M Largura: 0,50M Características Adicionais: Impressão Digital Policromia/Acabamento C/ Bastões Acabamento: lona Front light 280g/m² de 200×300 fios, impressão colorida de alta definição, acabamento em bainha reforçada, ilhós(anéis metálicos), bastão, ponteiros e cordão; com temáticas diferentes, sob demanda; conforme arte final fornecida pelos Departamentos de Agricultura (6 UN), Saúde (50 UN), Cultura (2 UN), Educação (10 UN) e Administrativo (2 UN.)		
29	17000	UND	471404	Impresso Padronizado Material: Papel Couchê Tipo: Panfleto Gramatura: 90 G/M² Comprimento: 210 MM Largura: 148 MM Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Aplicação: Divulgação de Campanha Complementação: Impressão 4/4 cores; Entrega de acordo com a demanda do órgão; provas por conta da gráfica, sob demanda; conforme arte final fornecida pelos Departamentos de Agricultura (1.000 UN), Saúde (5.000 UN), Cultura (2.000 UN), Educação (2.000 UN), Administrativo (500 UN) e Assistência Social (6.500 UN.)		
30	2500	UND	483836	Cartão Visita Material: Papel couche brilho Comprimento: 9 CM Altura: 5 CM Gramatura: 230 G Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Cor: 4/4 Layout fornecido pelo Depto de Assistência Social		
31	400	UND	438849	Cartão Identificação Material: Couche brilho Comprimento: 120 MM Largura: 100 MM Tipo Impressão: 4/0 Cores Gramatura: 250 G/M² características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Características Adicionais: Com Furos E Cordão, Cor: 4x0; Acabamento: Refile, 2 furos. Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Assistência Social		
32	2000	UND	369198	Cartão-Convite Material: Papel Couchê Altura: 19 CM Largura: 24 CM Gramatura: 250 G/M² Acabamento: Refile. Entrega de acordo com a demanda do órgão; Arte final fornecida pelo Departamento de Assistência Social (CRAS/CREAS).		



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

33	100	UND	284098	Cartazes em geral Cartaz Material: Papel Couchê brilho Gramatura: 115 G/M2 Quantidade Cores Impressão: 4/0 Tamanho: 45 X 32 CMArte final fornecida pelo Departamento de Assistência Social (CRAS/CREAS).		
34	500	UND	228693	Bloco com 50 folhas pautadas cada, TAMANHO: 15x21cm (150x210mm). MATERIAL: miolo sulfite fosco 63g/m², capa e contracapa reciclado 75g/m². ACABAMENTO: blocado com cola vermelha no lado menor. COR: branca. LAYOUT conforme as especificações do Departamento de Educação		
35	1500	UND	439776	Cartão Identificação Material: Cartão Em Pvc Branco Comprimento: 540 MM Largura: 865 MM Aplicação: Confecção Crachás Carteirinha Estudantil de PVC 0,76mm fosco, com foto, Frente colorido 4x4, verso preto e branco. ACABAMENTO: cantos arredondados. LAYOUT conforme as especificações do Departamento de Educação		
36	3000	UND	476714	Confecção Pasta - Arquivo / Processo Pasta individual arquivo estudantil, sulfite (papel cartão) 240gr, cor branco, tamanho: 54,5x37 cm aberta, com 2 vincos, impresso em uma cor, conforme layout fornecido pelo Departamento de Educação		
37	50	UND	12866	Encadernação /Desencadernação - Livro / Revista (Folhas soltas) Serviços de Encadernação de Atos Oficiais (Leis, Decretos Portarias, Editais, etc.) expedidos entre 2020 a 2023 agrupados em volumes com as seguintes especificações: cada volume com 100 a 400 folhas tamanho ofício em refil: capa dura (papelão sola média resistente liso) revestida em percalux nas cores preta, vermelha e azul (padrões já utilizadas em volumes de anos anteriores) e dimensões até 22x31,5 cm, com gravação das letras em dourado na capa e lombada: folhas guarda com papel 120g (no início e final do volume), costura com reforço no dorso do livro, cola branca sintética sem cheiro, lombadas reforçadas, reforço com tecido na parte interna e acabamento de cabeceado. Os volumes a serem encadernados deverão ser RETIRADOS e ENTREGUES no Setor de Redação, localizado na Praça do Café, nº 22, Centro - Jandaia do Sul/PR, através de termo de responsabilidade. Obs. Os interessados poderão vistoriar o material a ser encadernado, no Setor de Redação, para tomar ciência do modelo de encadernação que atende os requisitos especificados existentes no Município.		
38	8000	UND	9997	Gráfico - Formulários Contínuos - FORMULÁRIO DE NOTA FISCAL DEPRODUTOR RURAL EM 5 VIAS, TAMANHO 24X28 CM, PAPEL AUTOCOPIATIVO COM AS VIAS APRISIONADAS ATRAVÉS DE FITAS ADESIVAS FLEX, CONFORME ORDEM A		



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

				SEGUIR:1 VIA NA COR PRETA – DESTINATÁRIO;5 VIA NA COR VERDE – EMITENTE (MUNICÍPIO);2 VIA NA COR VERDE – ARQUIVO FISCAL;3 VIA NA COR AZUL – FISCO DESTINO;4 VIA NA COR VERMELHA – FISCO ORIGEM.) Armazenado em caixas com 500 UN (16 cx com 500 formulários)respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Fomento à Agropecuária e Meio Ambiente.		
39	1000	UND	485639	Impresso Padronizado Material: Papel Ofsete Tipo: Livreto Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 200 MM Largura: 153 MM Características Adicionais: Acabamento Com Grampos Aplicação: Cartilha Quantidade Páginas: 4 a 8 páginas Capa: Papel Couchê Fosco, Gramatura 180 G.M2, 4.4 Cores Aplicação: Cartilha orientativa - BEM ESTAR ANIMAL - -Formato 200 x 306mm aberto - ?Acabamento dobra e grampo - cores 4 x 4 . Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Fomento à Agropecuária e Meio Ambiente.		
40	8000	UND	485745	Impresso Padronizado Material: Papel Ap Tipo: Folder Gramatura: 75 G/M2 Comprimento: 420 MM Largura: 297 MM Cor: 4/4 Características Adicionais: 2 Dobras, 3 Colunas Aplicação: Divulgação Institucional Folder c/ duas dobras (três faces) Aplicação: Campanha Coleta Seletiva. Respeitando as orientações e o layout fornecido pelo Departamento de Fomento à Agropecuária e Meio Ambiente.		
41	17000	UND	18422	Gráfico - Impressos/ Plastificação/ Acabamentos Carnê de IPTU 21x10 cm; Capa: 21x10 cm; 1x1 em color plus verde 75g; Contra capa: 21x10 cm; 1x0 em color plus verde 75g; Miolo: 9 folhas; 21x10 cm, 1x0 cor em papel sulfite 75g; refilado, intercalado, lombada e grampeado. Un		
42	100	UND	449495	Impresso Padronizado Material: Papel Auto copiativo Tipo: Bloco50 X 2 Colado, Intercalado, Picotado Gramatura: 56 G/M2Comprimento: 320 MM Largura: 220 MM Cor: 1ª Via Branca E 2ª Via Amarela Características Adicionais: Impressão: 1x0 (Conforme Modelo) Quantidade Páginas: 50X2 RAS SAMU - RELATORIO DE ATENDIMENTO DO SOCORRISTA - blocos 2 vias - papel auto copiativo (químico) - medida 22x32cm. Bloco		
43	200	UND	452344	Carimbo auto-entintado tamanho 3.6 x 1.2		
TOTAL						

- Prazo da validade da proposta de preços: 60 (sessenta) dias.
- Prazo de execução: conforme edital e termo de referência.
- Prazo de entrega: conforme edital e termo de referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

DECLARAÇÃO INTEGRANTE DA PROPOSTA

DECLARAMOS, sob as penas da Lei que:

a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) os produtos e/ou serviços ofertados atendem todas as especificações contidas no Termo de Referência do presente edital;

c) estão inclusos todos os custos, dentre estes, todas as despesas de pessoal, com frete, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas indispensáveis à execução do objeto da presente licitação;

d) teremos disponibilidade dos produtos e/ou serviços e estes serão entregues e/ou executados no prazo previsto estipulado no Termo de Referência;

e) estamos cientes que as condições para pagamento são de **até 30 (trinta) dias**; e,

f) estamos de acordo e cientes com todas as exigências estipuladas em edital.

Atenciosamente,

Assinatura:

Nome:

(do Representante legal da empresa proponente em papel timbrado da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Eu, _____ CPF _____
____ na qualidade de (sócio-gerente, representante legal, procurador) declaro, sob as penas da lei, que a Empresa _____ CNPJ _____:

- a) Não se encontra impedida de contratar sob nenhuma das hipóteses previstas no Art. 14 da Lei Federal 14.133/2021;
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Cumpre com o disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- d) Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações contratadas;
- e) Comunicará ao Município qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar as situações acima declaradas.
- f) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) SR.(a) _____, portador do RG sob nº _____ e CPF nº _____ cuja função/cargo é _____ (sócio/administrador/ procurador/ diretor/ etc), responsável pela assinatura do contrato.
- g) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço

E-MAIL:

TELEFONE:(-----)

- h) DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

() EMPRESA DE GRANDE PORTE

- i) Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006

Assinatura:

Nome:

(do Representante legal ou procurador da empresa proponente em papel timbrado da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO IV

TERMO DE MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/ CONTRATO.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxxx/2024

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e quatro, presentes, o **MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL**, inscrito no CNPJ sob o nº. 75.771.204/0001-25, sito a Praça do Café, nº. 22, Estado do Paraná, representada pelo Prefeito Municipal Senhor **LAURO DE SOUZA SILVA JUNIOR**, R.G. nº. 8.094.658-9/SESP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 041.472.819-07 e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, sito à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, no município de XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob. nº. XXXXXXXXXXXXXX, telefone: XXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXX, neste ato representada por seu (sua) representante ou Responsável Legal, Senhor (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. xxxxxxxxxxxx, e inscrito no CPF/MF sob o nº. xxxxxxxxxxxxxxxxxx, resolvem, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 8496/2023, Decreto Municipal nº 8498/2023, Decreto Municipal nº 8499/2023 e Decreto Municipal nº 9068/2024, em conformidade com o resultado do **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA nº. XXXX/2024**, do tipo **menor preço, por ITEM** homologado em **XXX/XXX/XXX**, registrar os preços para eventuais aquisições, segundo as cláusulas e condições seguintes:

1 – DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de preços visando a Contratação de Serviços Gráficos, com fornecimento de materiais de impressão, confecção, personalizados e mão de obra afim de atender as demandas dos Departamentos e Setores desta municipalidade no período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no edital de **PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2 – DO PREÇO REGISTRADO

2.1 - Ficam registrados os seguintes preços, observada a ordem de classificação, da empresa vencedora acima designada, com os preços dos itens abaixo relacionados:

ITEM	QUANTIDADE	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL						



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

3 – DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

3.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Jandaia do Sul mediante a solicitação por Ordem de Compra, observada as disposições contidas no Edital nº **xx/2024**.

3.2 – O compromisso de entrega/prestação de serviços só estará caracterizado mediante o recebimento da Ordem de Compra decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do nº **xxxx/2024**.

3.3 – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

4 – DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

4.1 - O FORNECEDOR deverá entregar/executar o objeto conforme **Termo de Referência, incorporado como anexo desta Ata de Registro de Preços**.

4.2 – Esta ata devera ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.3 – O FORNECEDOR da ata é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

4.4 – O FORNECEDOR da ata é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

4.5 – A fiscalização da execução do objeto desta ata será feita por pessoa designada para tal finalidade, que assume neste ato total responsabilidade sobre a fiscalização dos serviços prestados.

4.5.1 – A fiscalização ficará a cargo do Senhor -----, que responde como **Fiscal de Contrato**, nomeado através da **PORTARIA Nº 046/2024**, este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes de prepostos, conforme dispõe o Artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

5 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - O Município de Jandaia do Sul adotará todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2 – O FORNECEDOR da ata assume o compromisso de entregar o objeto ora licitados, conforme valor proposto, e emitir nota(s) fiscal(is) em nome da Contratante.

5.3 – Os pagamentos serão efetuados conforme consta em edital e após apresentação correta da Nota Fiscal.

5.4 – As despesas decorrentes da presente ata serão efetuadas à conta de recurso do orçamento em execução.

6 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

6.1 - A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6.2 – Fica vedada qualquer alteração tanto no prazo, quanto nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata no Art. 124, inciso I alínea b' da Lei 14.133/2021.

7 – DAS REVISÕES

7.1 - Durante a validade desta Ata os preços permanecerão fixos e irreajustáveis. Excepcionalmente, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei 14.133/2021, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

7.2 – Caso o fornecedor se recuse a baixar os preços registrados, o Município de Jandaia do Sul poderá cancelar o registro.

7.3 – Caso o preço de mercado torne-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Município de Jandaia do Sul poderá liberar o fornecedor do compromisso, mediante solicitação com justificativa.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - O Órgão Gerenciador pagará ao FORNECEDOR o valor total estimado de R\$ (.....).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes da presente Ata de Registro de Preço correrão à conta do recurso das seguintes dotações orçamentárias:

Cont. Red.	Fonte	Descrição	Órgão	Funcional	Proj./Ativ	Categoria	Descrição
693	511	Taxas	09.002	15.452.0026	2.020	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
22	1000	Recursos Livres	03.001	02.062.0002	2.003	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
71	1000	Recursos Livres	05.001	04.122.0004	2.006	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
85	1000	Recursos Livres	06.001	04.123.0005	2.007	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
43	1000	Recursos Livres	04.001	04.122.0004	2.004	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
110	104	Demais Impostos	07.001	12.122.0004	2.010	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
233	103	Educação	07.001	12.361.0017	6.017	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
285	103	Educação	07.001	12.365.0020	6.018	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
325	103	Educação	07.001	12.365.0020	6.019	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
434	303	Saúde	08.001	10.122.0012	2.093	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
435	494	Bloco Custeio	08.001	10.122.0012	2.093	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
482	303	Saúde	08.001	10.301.0012	2.094	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
552	303	Saúde	08.001	10.302.0013	2.095	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
664	1000	Recursos Livres	09.002	15.451.0025	2.019	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
662	510	Taxas	09.002	15.451.0025	2.019	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
888	1000	Recurso Livres	15.001	08.122.0004	2.035	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
938	1000	Recursos Livres	15.001	08.243.0009	6.001	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
998	1000	Recursos Livres	15.001	08.244.0010	2.038	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
1029	1000	Recursos Livres	16.001	13.392.0024	2.046	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo

8.2 - O pagamento ao FORNECEDOR será efetuado em até 30(trinta) dias após a entrega e/ou execução do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal que deverá ser emitida em nome do MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL – CNPJ Nº. 75.771.204/0001-25, a Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e Prova de regularidade relativa à **Seguridade**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) e Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos Perante a **Justiça do Trabalho**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. As notas e demais documentos deverão ser protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura.

8.3 – Deverá constar obrigatoriamente nas notas fiscais o nº. da licitação e nº. da Ata

8.4 - As despesas relativas à entrega/instalação do objeto, decorrentes desta Ata, serão suportadas pelos recursos constantes no orçamento municipal do exercício de **2024**, para o **período de 12 (doze) meses**.

8.5 - Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados nas autorizações de serviços/empenhos, para liberação do respectivo pagamento. Em caso de divergência, o fornecedor deverá **substituir a nota no prazo 24(vinte e quatro) horas**. A Nota fiscal deverá vir acompanhada das respectivas requisições emitida pelo **Departamento Administrativo**.

8.6 - As Notas Fiscais/Faturas correspondentes serão discriminativas, devendo constar o **número do Pregão e da Ata de Registro de Preços**, não apresentar rasuras e/ou entrelinhas e estar de acordo com o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009 (emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, independentemente da atividade econômica exercida).

8.7 - Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela empresa a ser contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9 - DAS PENALIDADES

9.1 – Ao FORNECEDOR da ata serão aplicadas penalidades pelo ÓRGÃO GERENCIADOR a serem apuradas na forma, a saber:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA ceder a ata, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do Contratante, devendo reassumir a execução dos serviços imediatamente;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
- d) a multa será cobrada pelo CONTRATANTE de acordo como estabelecido pela legislação pertinente. Caso a CONTRATADA não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR DA ATA

10.1 - Constituem obrigações do FORNECEDOR da ata:

- a) Prestar os serviços de conformidade com as cláusulas quarta e quinta, pelo prazo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- vigência e de forma adequada e satisfatória;
- b) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista de seus empregados, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causarem aos terceiros em virtude da execução dos serviços, respondendo por si e por seus sucessores.
 - c) Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução dos serviços objeto deste contrato;
 - d) Guardar absoluto sigilo sob todas as informações recebidas da CONTRATANTE, tal qual como daquelas por si levantadas aos quais não poderão ser utilizadas para finalidades outras que não a do cumprimento do contrato;
 - e) Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
 - f) Prestar os serviços em observância a especificações contidas no termo de referência do edital;
 - g) Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer ocorrência ou registro de situações que possam comprometer a regularidade das suas atividades;
 - h) Iniciar imediatamente após a assinatura da ata, a execução dos serviços contratados, informando em tempo hábil, qualquer impedimento/impossibilidade de assumir os serviços estabelecidos;
 - i) Executar os serviços dentro de assentados conceitos éticos e de boa técnica, envidando todos os esforços no sentido de melhor atingir os objetivos da contratação;
 - j) Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse do CONTRATANTE sob os seus cuidados profissionais, obedecendo rigorosamente às normas que regem aos exercícios da profissão cabendo-lhe exclusiva responsabilidade por eventuais transgressões;
 - k) Zelar pelos bens patrimoniais e de consumo disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços ora contratados.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

11.1 - Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

- a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto da presente ata;
- b) Efetuar pagamentos devidos ao FORNECEDOR da ata na forma estabelecida;
- c) Garantir ao FORNECEDOR da ata acesso à documentação técnica necessária para a execução da mesma, e
- d) Garantir ao FORNECEDOR da ata acesso às suas instalações.

12 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não assinar a respectiva ata ou não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Tiver presentes razões de interesse público.
- f) Cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- g) O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13. DA PUBLICIDADE

13.1 – Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados através do Diário Oficial do Município de Jandaia do Sul.

14 – DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca do Órgão Gerenciador, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente Ata.

14.2 - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Jandaia do Sul/PR, XX de XXXXX de 2024.

Município de Jandaia do Sul
- Lauro de Souza Silva Junior -
Órgão Gerenciador

xxxxxxx
Fornecedor

TESTEMUNHAS:

José Carlos Mascote
497.067.219-91
Gestor do Contrato

Fábio Alberton Manfrin
xxxxxxx
Fiscal do Contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

TERMO DE MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE
JANDAIA DO SUL E .A
EMPRESA.....

O Município de Jandaia do Sul pessoa jurídica de direito público, sito na Praça do Café, nº. 22, Estado do Paraná, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Senhor **LAURO DE SOUZA SILVA JUNIOR**, R.G. nº. 8.094.658-9/SESP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 041.472.819-07, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, sito à **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXXXXXXXX**, na cidade de **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº. **XXXXXXXXXXXXXX**, telefone: **xxxxx**, e-mail: **xxxxx**, neste ato representada por seu (sua) representante ou Responsável Legal, Senhor (a) **XXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. **xxxxxxxxxxx**, e inscrito no CPF/MF sob o nº. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, a seguir denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	QTD	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	MARCA/ FABRICANTE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
TOTAL:						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses contados do(a) da assinatura desse termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

2.1.1. Qualquer prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$. (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

2. a) pelo atraso na execução do objeto deste Termo, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto ofertado, devidamente atualizado, independentemente de eventual rescisão contratual, a critério da Administração, nos termos do art. 137, I, da Lei 14133/2021.

3. b) pela rescisão unilateral no contrato pelo Fornecedor, sem justa causa, o que caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do objeto ofertado, devidamente atualizado;

4. c) pelo descumprimento das demais condições fixadas no Edital e no contrato e não abrangida pelas alíneas anteriores, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto ofertado, para cada evento, devidamente atualizado, independentemente de eventual rescisão contratual até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do objeto ofertado.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Cont. Red.	Fonte	Descrição	Órgão	Funcional	Proj./Ativ	Categoria	Descrição
693	511	Taxas	09.002	15.452.0026	2.020	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
22	1000	Recursos Livres	03.001	02.062.0002	2.003	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
71	1000	Recursos Livres	05.001	04.122.0004	2.006	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
85	1000	Recursos Livres	06.001	04.123.0005	2.007	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
43	1000	Recursos Livres	04.001	04.122.0004	2.004	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
110	104	Demais Impostos	07.001	12.122.0004	2.010	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
233	103	Educação	07.001	12.361.0017	6.017	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
285	103	Educação	07.001	12.365.0020	6.018	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
325	103	Educação	07.001	12.365.0020	6.019	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
434	303	Saúde	08.001	10.122.0012	2.093	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
435	494	Bloco Custeio	08.001	10.122.0012	2.093	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
482	303	Saúde	08.001	10.301.0012	2.094	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
552	303	Saúde	08.001	10.302.0013	2.095	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
664	1000	Recursos Livres	09.002	15.451.0025	2.019	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
662	510	Taxas	09.002	15.451.0025	2.019	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
888	1000	Recurso Livres	15.001	08.122.0004	2.035	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
938	1000	Recursos Livres	15.001	08.243.0009	6.001	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
998	1000	Recursos Livres	15.001	08.244.0010	2.038	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
1029	1000	Recursos Livres	16.001	13.392.0024	2.046	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

A) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objeto de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

B) "prática fraudulenta": a falsidade ou omissão dos fatos, com o objeto de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

C) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

D) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

E) "prática obstrutiva": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financeiro pelo organismo.

16.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.3. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Jandaia do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Jandaia do Sul/PR, XX de XXXXX de 2024.

Município de Jandaia do Sul

- Lauro de Souza Silva Junior -
Órgão Gerenciador

xxxxxxx
Fornecedor

TESTEMUNHAS:

José Carlos Mascote
497.067.219-91
Gestor do Contrato

Fábio Alberton Manfrin
xxxxxxx
Fiscal do Contrato